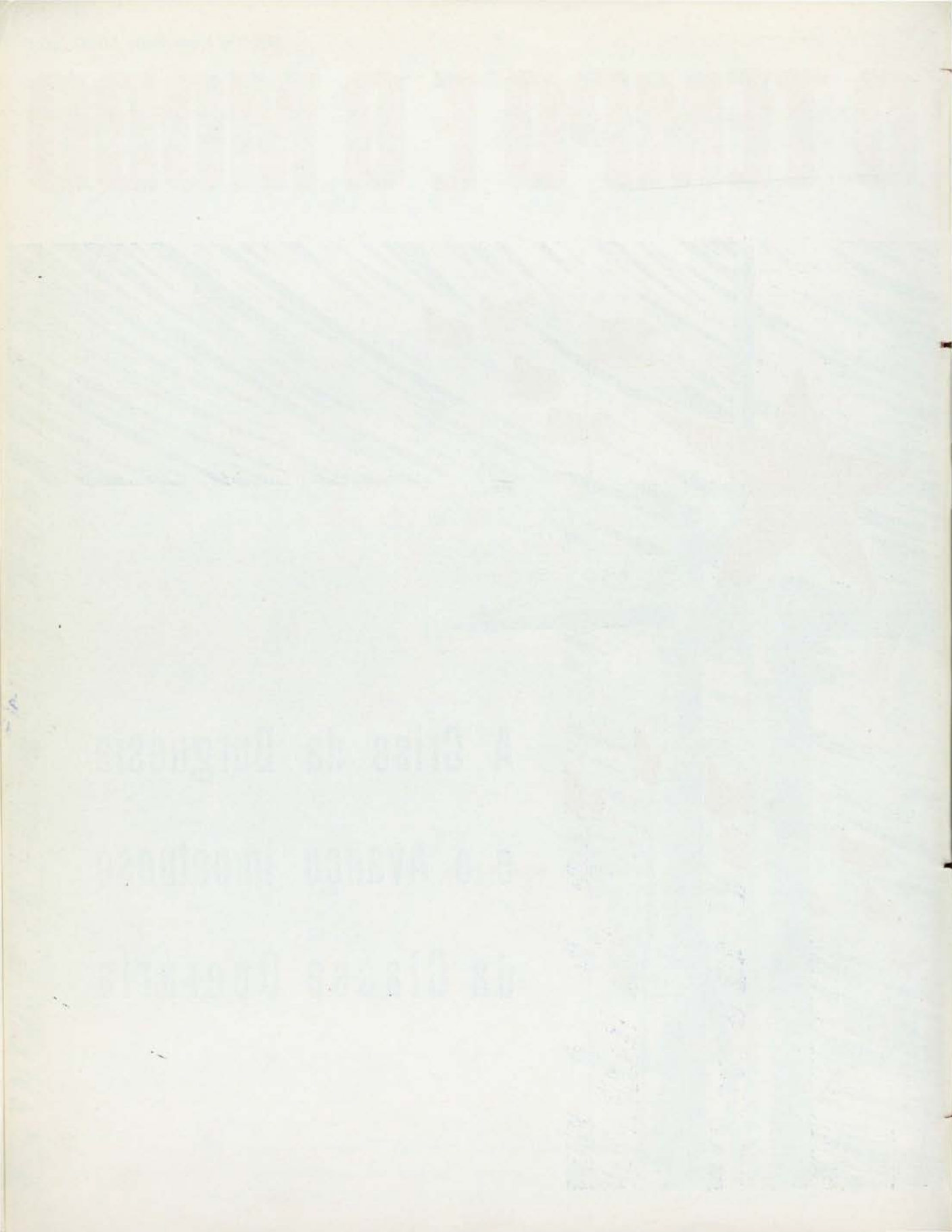


O TEMPO E O MODO



**A Crise da Burguesia
e o Avanço Impetuoso
da Classe Operária**



DEPÓSITO LEGAL
- 0.100.1974

MORREU O CAMARADA JOSÉ MARIA MARTINS SOARES



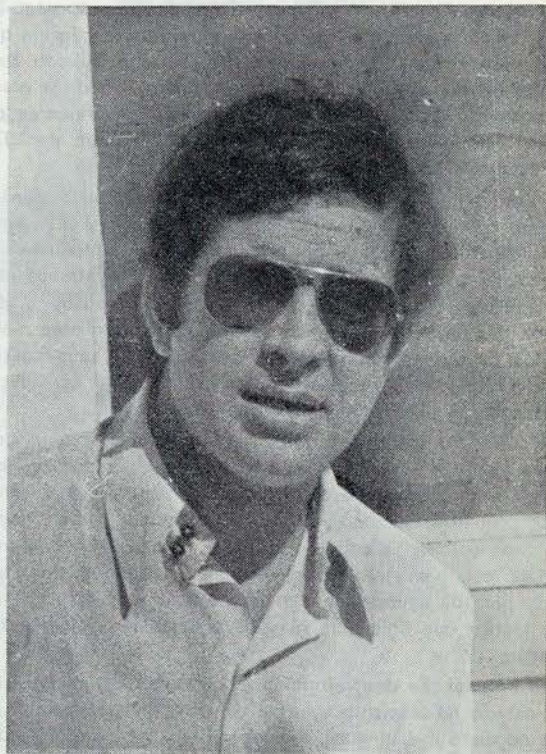
Para além de ter enlutado todos os verdadeiros progressistas, a morte do camarada José Maria Martins Soares, redactor principal de «O Tempo e o Modo», atingiu de forma muito particular todos quantos trabalham na revista e presenciaram a sua infatigável acção de intelectual revolucionário, de alma e coração dedicado à causa do Povo.

Foi sobretudo graças ao camarada José Maria Martins Soares, à sua persistência, entusiasmo e dedicação totais à causa do Povo que «O Tempo e o Modo» se converteu, de revista ecléctica, que foi, numa arma de combate à burguesia colonial-fascista e seus lacaios revisionistas, ao domínio do imperialismo e do social-imperialismo.

Através de uma luta ideológica prolongada contra todos os oportunistas, o nosso querido camarada Martins Soares soube, na sua prática de administrador e redactor principal de «O Tempo e o Modo», erguer bem alto a bandeira da classe operária e das massas populares e promover a revista ao honroso papel de vanguarda da Imprensa Livre e Popular legal portuguesa, nas duras condições de trabalho geradas pelo cerco fascista-revisionista.

Os leitores, amigos, colaboradores e redactores de «O Tempo e o Modo» jamais poderão esquecer a prática revolucionária deste autêntico militante da causa da Imprensa ao serviço da classe operária e seus aliados, pela Revolução Democrática e Popular. Ao mesmo tempo que lamentam a morte do militante, camarada e amigo, juram que terão sempre bem presente nos seus espíritos o grande exemplo do camarada José Maria Martins Soares, exemplo que iluminará a prática futura da redacção e dos colaboradores de «O Tempo e o Modo», incitando-os a prosseguir na via da defesa do proletariado e de todas as classes e grupos sociais em luta pelo Pão, pela Paz, pela Terra, pela Liberdade, pela Democracia e pela Independência Nacional, na via da Revolução Democrática e Popular armada.

A Redacção de «O Tempo e o Modo», ao evocar José Maria Martins Soares, não pode deixar de acentuar que a sua acção em variadas outras frentes, para



além do esforço desenvolvido no sentido da criação de uma Imprensa Livre e Popular, é inseparável da sua filiação ideológica na doutrina marxista-leninista-maoísta e da sua militância política nas fileiras da vanguarda do proletariado português, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado.

Desta forma, a Redacção de «O Tempo e o Modo» junta-se aos camaradas e à família de José Maria Martins Soares, exprimindo-lhes o seu profundo pesar.

A REDACÇÃO DE «O TEMPO E O MODO»

O TEMPO E O MODO N.º 104

Director-interino: Guerreiro Jorge — Redacção: R. Prior do Crato, 126-1.º Esq.º

Composto e impresso: Garcia & Carvalho, Lda. — R. St.º António da Glória, 90 — Lisboa

RIBEIRO SANTOS

O POVO JAMAIS TE ESQUECERÁ

«O fascismo apertou o gatilho e o revisionismo apontou-lhe o alvo», tal foi a justa apreciação feita pela organização em que militou o marxista-leninista-maoista José António Ribeiro Santos, logo no dia seguinte ao seu assassinato, levado a efeito por um agente da PIDE com a colaboração de «dirigentes estudiantis» reformistas na tarde do dia 12 de Outubro de 1972, no interior das instalações do então I. S. C. E. F.

Os estudantes de Lisboa, reunidos em assembleia plenária após este crime da burguesia colonial-fascista e dos seus comparsas reformistas, aprovaram resoluções que condenaram a actuação da burguesia ali representada, não só através dos pides enviados pela ditadura fascista dos monopólios e dos senhores das terras mas também pela via dos reformistas representantes da desesperada tentativa de prosseguir uma política autónoma da pequena e média burguesia, pregando a conciliação das classes e a pactuação com a repressão fascista.

No anfiteatro em que o crime se consumou ficaram bem demarcadas duas posições face ao fascismo e à sua política: a do reformismo, que através dos gritos pacifistas de «calma, calma», pretendia, naquele momento, promover a conciliação das massas estudiantis com a P. I. D. E., e a posição do Povo, defendida pela vanguarda dos estudantes progressistas, que avançou para os agentes com o fim de lhes aplicar ali mesmo aquela justiça que hoje, nas ruas de Lisboa, é reclamada pela população.

Esta intervenção dos reformistas deu tempo suficiente para que o esbirro do fascismo sacasse da arma que já trazia engatilhada no cinto e disparasse à queima-roupa sobre Ribeiro dos Santos que intrepidamente se havia colocado à frente das massas estudiantis.

José Lamego — estudante libertado há pouco da sua terceira detenção pela PIDE no espaço de ano e meio, que no dia 12 de Outubro de 1972 foi capturado no hospital e ainda recentemente soube resistir à tortura fascista, não prestando quaisquer declarações acerca de alegadas actividades políticas, recebeu uma bala numa perna quando corajosamente procurava desarmar o pide. O dia 12 de Outubro de 1972 mostrou que as balas dos assassinos fascistas não são cegas e os seus portadores não as disparam ao acaso, é o peito dos melhores filhos do Povo que elas têm encontrado sempre pela frente.

Ribeiro Santos era um amigo do Povo, um grande amigo do Povo. Dentro da escola de Direito que frequentava, foi um autêntico dirigente popular que, pela primeira vez na história, as delegações estudiantis elegeram por unanimidade. A forte implantação da linha justa defendida por Ribeiro Santos, que sempre lutou para colocar o movimento progressista dos estu-

dantes ao serviço do Povo e contra os seus opressores, de pressão despertou sobre ele a repressão das figuras ultra-reacionárias que ocupam (ainda ocuparão?) a título vitalício as cátedras da Faculdade de Direito. Para eles, como para todos os exploradores e opressores do Povo, Ribeiro Santos significou sempre o inimigo a expulsar, a encarcerar, a abater. Daí, que o Conselho Escolar de Direito tenha decretado a sua «suspensão preventiva» (sem prévia formação de culpa) por duas vezes, uma expulsão por 11 meses e, recorrendo aos tribunais, tentasse obter a sua condenação com base na queixa feita à P. J. pelo «liberal» Fernando Olavo, corroborada pelo pide Félix e outros contínuos-bufos hoje «ausentes em parte incerta». Os amigos da burguesia nunca podiam ser amigos de Ribeiro Santos porque este viveu e educou-se no seio do Povo, na sua moral, nas suas atitudes, em tudo o que há de mais sublime e que floresce e cresce no seu seio como as boas sementes.

Foi ao Povo que Ribeiro Santos foi buscar o abnegado espírito de sacrifício de servir sempre e morrer pela sua causa imortal. A sua morte na primeira fila dos combatentes por uma Democracia Popular teve um grandioso significado que galvanizou as massas estudiantis e as mobilizou numa luta sem tréguas contra a burguesia colonial fascista. Ribeiro Santos é o guia, o exemplo luminoso que desperta cada vez mais elementos da juventude portuguesa, em especial os estudantes, para a causa do Povo.

Os dirigentes oportunistas de todos os matizes tudo têm feito para apagar a sua memória, pois eles nunca poderão seguir consequentemente o caminho indicado pelo seu supremo sacrifício. A sala onde Ribeiro Santos foi assassinado foi isolada por pesados portões de ferro, dividida em duas e finalmente transformada em secretaria do agora I. S. E. Para os dirigentes estudiantis oportunistas, Ribeiro Santos sempre foi um pesado fardo nas suas consciências, sempre representou uma seta inexoravelmente apontada ao coração daqueles que em palavras defendem a causa popular e nos actos a traíem.

Tal como no dia em que Ribeiro Santos enfrentou dois agentes da PIDE, também as massas populares, no passado dia 25 de Abril, tomaram a iniciativa de marchar sobre a sede da sinistra corporação que, desde há várias décadas, tem sido o sustentáculo mais fiel do regime fascista. O espírito que naquela tarde animou Ribeiro Santos era o mesmo, ele tinha assimilado com profundidade os verdadeiros anseios do Povo, ele sabia que com os assassinos do Povo não se dialogava, não se cedia, não se pactuava.

Contra todos os agentes da PIDE, e sobretudo contra os assassinos de José António Ribeiro Santos, o Povo exige justiça. A sua Justiça.



Manifestação popular do dia 3 de Maio para consagração do novo Largo Ribeiro Santos. Na mesma ocasião foi colocada na casa onde nasceu o heróico militante uma placa de homenagem.

A crise da burguesia E O AVANÇO IMPETUOSO DA CLASSE OPERÁRIA

«Quem quer vencer o seu adversário não discute com ele os custos da guerra!» Quem disse isto foi Karl Marx que, se fosse vivo, seria certamente tratado pelo sr. Cunhal de aventureiro esquerdista objectivamente ao serviço da reacção. E isso porque ao P. «C.» P. o que interessa são os «custos da guerra» e não a magnífica disposição combativa manifestada pelo operariado ao desencadear um vigoroso surto grevista logo após o 25 de Abril, sem dar tempo ao inimigo, a burguesia liberal e revisionista, de se acomodar calmamente nos cadeirões de veludo do Poder recém conquistado.

Procurando reduzir as greves ao seu aspecto económico e escamoteando o que elas apresentam como manifestação do antagonismo entre o trabalho e o capital, os revisionistas ameaçam os trabalhadores com o «caos económico». Dizem que um salário mínimo «muito elevado» levaria à ruína a «economia nacional» (isto é, os capitalistas) e agravaria a subida do custo de vida, esquecendo voluntariamente que ainda há dois meses afirmavam ser possível no capitalismo «aumento de salários sem aumento de preços». A que requintes de cinismo chegaram estes senhores! Se tivessem a coragem de falar claramente, então deveriam dizer: «ou os trabalhadores se resignam aos actuais salários de fome e a serem explorados ou então correm o risco de perderem os seus empregos!» Mas dizer assim as coisas seria falar exactamente como os patrões falam todos os dias nas fábricas aos trabalhadores: «ou aceitam o salário que lhes dou ou vão para a rua». E, sobretudo, dizer assim as coisas seria dar claramente a entender que os operários nada de bom têm a esperar do sistema capitalista.

Ora em tempo de crise, como é o actual, os operários «são obrigados a protestar contra a diminuição do seu salário, e mesmo contra a necessidade dessa diminuição. Eles não podem deixar de proclamar que não são eles, os homens, que se têm de adaptar às condições materiais, mas sim essas condições que se têm de adaptar a eles. Além disso, calarem-se equivaleria a aceitarem essas condições,

a reconhecer o direito da burguesia de explorar os operários durante os períodos de prosperidade, e de os deixar morrer de fome nos períodos de maus negócios». Quem põe o problema desta forma é F. Engels, outro perigoso «aventureiro» que não teve a felicidade de viver até aos nossos dias para ver a Intersindical lançar a tenebrosa ideia de fazer os operários pagar a crise da burguesia através da prestação de dias de trabalho gratuito.

O imperialismo está em crise, e em crise está também o capitalismo português. O desemprego, a alta do custo de vida, a miséria, não começaram agora. Pelo contrário, há já longo tempo que o povo português sofre os seus efeitos. No entanto todos esses fenómenos tendem a agudizar-se devido ao facto da referida crise estar a atingir o seu auge, e em tudo isto os trabalhadores não são tidos nem achados.

Qual é a forma de evitar o «caos económico» pondo simultaneamente termo aos inumeráveis sofrimentos do povo português? É a instauração pelas armas de um regime de Democracia Popular que dê a todo o Povo o Pão, a Paz, a Terra, a Liberdade, a Democracia, e a Independência Nacional. E que outra maneira há de o fazer que não seja mobilizando as amplas massas em torno da classe operária aproveitando para isso toda a iniciativa, toda a espontaneidade das massas?

Em relação a esta questão só há duas posições: a que, embora considerando insuficientes as acções espontâneas e procurando enquadrá-las pelo Partido da classe operária em formação, as saúda calorosamente como passos importantes no sentido da vitória final; e aquela que se assusta ao mais leve movimento das massas, procurando por isso abafar tudo o que não pode controlar. A primeira é a posição marxista-leninista-maoísta; a segunda é a posição revisionista-burguesa.

É precisamente para abafar a iniciativa das massas que se diz que «a greve deve ser o recurso último dos trabalhadores». Deixem a burocracia e a aristocracia sindical tratarem dos vossos assuntos, dizem os revisionistas, deixem os sindicatos es-

truturarem-se, deixem que meia dúzra de «representantes» da classe operária se separem dela para que possam ser corrompidos pela burguesia em amenas cavaqueiras no Ministério do Trabalho.

É necessário romper com a demagogia com que a burguesia liberal e revisionista nos bombardeia a toda a hora na sua imprensa, na sua rádio, na sua televisão. É com essa intenção que publicamos os três artigos que se seguem: «Características gerais do actual proletariado português»; «A crise e os trabalhadores»; «Inflação e luta de classes».

Na primeira chama-se a atenção para a importância do proletariado na sociedade portuguesa o qual representa somado ao semiproletariado agrícola 62% da população total. O proletariado é já hoje a classe mais numerosa (51% da população), sendo o proletariado industrial o grupo mais importante que compõe essa classe. A expressão numérica da classe operária e a sua concentração em torno de umas poucas cidades são um indício da força da classe que é a mais consequentemente revolucionária da nossa sociedade. Mas ao mesmo tempo esses dados estatísticos mostram que ela só pode vencer aliada ao campesinato, o qual representa ainda uma parte muito significativa da população portuguesa.

Essa aliança, que deverá ser forjada pelo Partido do proletariado, é uma condição indispensável para a realização da Revolução Democrática Popular. Essa aliança, e não a propugnada pelo P. «C.» P. entre a classe operária e a burguesia liberal, deverá ser o guia do nosso combate.

Os dois artigos seguintes mostram como a crise e a inflação são provocadas pelas contradições e pelas limitações do sistema capitalista não podendo portanto ser assacadas quaisquer responsabilidades aos trabalhadores. Estes, na sua luta pelo pão, não fazem mais do que procurarem defender-se de uma sociedade que nada tem para lhes oferecer. Por isso mesmo eles tudo têm a ganhar e nada a perder com o seu derrubamento.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ACTUAL PROLETARIADO PORTUGUÊS

Tentaremos neste artigo fornecer alguns dados sobre o actual proletariado português: seu número, distribuição por sectores, concentração regional, etc., tudo precedido por uma descrição sintética do processo geral de formação do proletariado.

Consideramos como proletariado o trabalhador assalariado produtivo, isto é, produzindo valor e mais-valia. Como os únicos dados disponíveis que utilizámos foram as estatísticas, nem sempre foi possível seguir rigorosamente este critério, visto as estatísticas só indirectamente fazerem a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Assim, por vezes, os dados pecam por defeito e outras por excesso, sendo chamada a atenção sempre que estas distorções pareçam exageradas (!).

O PROLETARIADO E A SUA GÊNESE

Para que possam existir relações capitalistas de produção, torna-se necessário a existência de duas coisas:

— de uma classe de trabalhadores livres, e livres num duplo sentido: livres enquanto libertos de todos os laços de dependência pessoal ou outros que impeçam a sua livre circulação; livres enquanto não possuindo quaisquer meios de produção e logo necessitando para viver de alienar a sua única mercadoria: a força de trabalho, a capacidade de produzir objectos úteis portadores, nas relações capitalistas, de valor e especialmente de mais-valia.

— da concentração dos meios de produção nas mãos de uma outra classe: a burguesia.

Qualquer destas duas coisas não é um dado natural, algo que sempre tenha existido, mas sim o resultado de um longo processo histórico a que se dá o nome de acumulação primi-

tiva de capital, processo pelo qual simultaneamente se expropria o pequeno produtor retirando-lhe a posse dos meios de produção e transformando-o numa classe de trabalhadores livres, e se concentram e acumulam estes nas mãos de uma outra classe. «Assim o que está na base da acumulação primitiva de capital, na base da sua génese histórica, é a expropriação do produtor imediato, é a dissolução da propriedade fundada sobre o trabalho pessoal do seu possuidor.» (Livro I, Secção VIII).

Esta disposição dá-se principalmente pelo jogo das leis do mercado: o produtor pobre, principalmente o pequeno camponês, mas também o pequeno artesão, etc., não consegue aguentar a concorrência do produtor rico, do camponês que tem terras mais férteis, ou uma família mais numerosa, ou meios de produção mais aperfeiçoados, e acaba por vender o pequeno terreno que possui, alienando em seguida a sua força de trabalho ao camponês rico que se transforma assim numa burguesia rural ou emigrando para a cidade onde se começam a concentrar as manufacturas. A expropriação do pequeno produtor, a sua ruína e a sua proletarização final à qual este procura resistir aceitando condições de vida miseráveis enquanto pequeno produtor, a sua expulsão violenta das terras do senhor feudal, a sua concentração nos subúrbios das grandes cidades nos quais forma inicialmente o exército de mendigos, vadios, pedintes e lumpem em geral característicos de todas as cidades no fim da idade média, eis a origem e a genese do proletariado moderno, da classe que entra no palco da história «suando suor e sangue por todos os poros».

É esta também a origem e a genese do mercado capitalista em plena expansão: «Os acontecimentos que transformam o cultivador em assalariado, e os seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital criam a este o seu mercado interno». O que era antigamente produção para consumo directo torna-se agora em produção de mercadorias, os próprios meios de produção expropriados e a força de trabalho alienada se transformam em mercadorias. Tudo aquilo que a antiga família camponesa produzia directamente vê-se agora obrigada a adquirir no mercado, dos alimentos à roupa, do abrigo ao transporte.

As relações de produção capitalistas aparecem assim primeiramente nos campos (geralmente), ocasionando uma constante drenagem da população dos campos para a cidade, uma diminuição em números relativos e absolutos da população camponesa e um crescimento das grandes cidades, verdadeiro fruto do modo de produção capitalista. Contudo, se crescem inicialmente nos campos só se consolidam e têm o seu ver-

(!) Recorreu-se como base de recolha dos dados aos censos de 1950-1960-1970 (estimativa a 20%). De entre eles, recorreu-se à classificação por ramos e dentro dos ramos produtivos considerou-se proletariado todos os «trabalhadores por conta de outrem». Isto ocasiona uma primeira e importante incorrecção, visto que nesta classificação estatística é incluído não só o proletariado, mas também os empregados de escritório, secretaria, etc., que possam trabalhar numa fábrica ou empresa industrial. Temos assim de considerar os dados como globalmente **exagerados** em cerca de 5% (fazendo para 1970 uma classificação por profissões, e não já por ramos, obtem-se uma diferença de cerca de 5% do número global). Além disso, para 1970 recorreu-se à estimativa a 20% do censo de 1970, que ainda não foi publicado (em Março de 1974). Isto ocasiona uma certa margem de erro, e parece-nos que os números para 1970 pecam globalmente por defeito, ou seja, por serem demasiado pequenos.

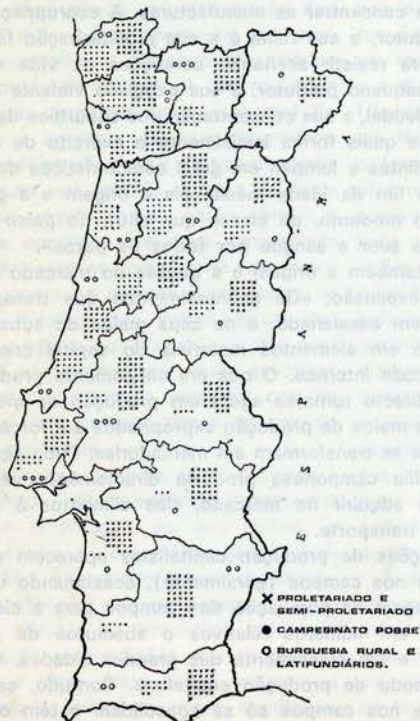
dadeiro surto com o crescimento das grandes cidades, com o surgimento nestas de uma indústria inicialmente manufactu- reira e depois mecânica.

As manufacturas são os antepassados das actuais fábricas: grandes (para a altura) unidades de produção concentrando grande número de trabalhadores assalariados num mesmo local, aperfeiçoando a divisão de trabalho no seio de um mesmo ramo e as ferramentas utilizadas, embora não utilizando força mecânica. Surgem geralmente não a partir da concentração de pequenos artesãos, como se poderia pensar, mas sim através da aplicação no campo produtivo das grandes fortunas realizadas na usura (banca) e no comércio (seria mais exacto chamar-lhe pilhagem). O pequeno artesão feudal estava organizado em corporações rigidamente hierarquizadas, regulando a produção e a concorrência e impedindo a concentração dos meios de produção e o alargamento dos mercados. É por isso que as manufacturas onde quer que surjam vão entrar em conflito com as corporações, desenvolvendo-se inicialmente nas cidades não dominadas por estas: «A constituição feudal dos campos e a organização corporativa das cidades impedia o capital-dinheiro, formado pela dupla via da usura e do comércio, de se converter em capital industrial. Estas barreiras caíram com a destruição dos privilégios senhoriais, com a expropriação e a expulsão parcial dos cultivadores».

Foram as manufacturas que começaram a formar os primórdios do proletariado industrial agrupando os antigos produtores expropriados. Serão elas que unificarão os diversos mercados locais, formando ou consolidando e alargando um mercado nacional. Contribuíram para apressar a ruína do pequeno produtor ao produzir em condições mais favoráveis os tecidos e demais objectos até aqui produzidos pelo artesanato caseiro (muitas vezes pelo artesanato caseiro do próprio camponês). Prepararam o caminho para a fábrica moderna aperfeiçoando os meios de trabalho e aumentando a sua divisão.

MAPA I

DIVISÃO EM CLASSES DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA (1970)



Mas será só a fábrica moderna, com a introdução da maquina a vapor (fins do séc. XVIII na Europa e meados do XIX em Portugal) que consolidará em definitivo as relações capitalistas nos campos e nas cidades e que permitirá o seu rápido desenvolvimento: «Só a grande indústria, por meio das máquinas, funda a exploração agrícola capitalista numa base permanente, que ocasiona a radical expropriação da imensa maioria da população rural, e consoma a separação da agricultura e da indústria doméstica, extirpando as suas raízes: a fição e a tecelagem.»

Com a maquinaria e a grande indústria aumentam grandemente a concentração do proletariado industrial: milhares, dezenas e mesmo centenas de milhares de operários concentram-se nos subúrbios das grandes cidades. Assim, o modo de produção capitalista concentra e agrupa militarmente nas fábricas a classe condutora do movimento tendente a negá-lo, engendra o seu próprio contrário no movimento interno e isto de uma forma tão inevitável quanto todos os dias o sol nasce do Oriente.

O PROLETARIADO E O SEMIPROLETARIADO AGRÍCOLA (2)

Como já vimos, o crescimento do modo de produção capitalista numa determinada sociedade ocasiona a diminuição da população agrícola em números relativos e mesmo absolutos, a sua drenagem para as cidades em expansão. Quanto à composição de classe dos campos, depois de uma primeira fase em que se assiste a uma rápida diminuição do camponato pobre e a um mais lento crescimento do proletariado agrícola e da burguesia rural, bem como do semiproletariado (3), numa segunda fase assiste-se a uma rápida mecanização da grande empresa capitalista, geralmente ligada à extensão do domínio do capital financeiro à agricultura, o que permite uma diminuição em números absolutos do proletariado e do semiproletariado agrícola. Foi esta segunda fase que os campos portugueses atravessaram no período compreendido entre 1950 e 1970.

(2) Contrariamente ao que se fez para os restantes sectores do proletariado, recorreu-se para a recolha de dados sobre o proletariado agrícola, à classificação por profissões e não por ramos. Fez-se isto dada a evidente inclusão nos censos na classificação «Trabalhadores por conta de outrem-Agricultura» de um largo sector de assalariados agrícolas que, embora vendessem a sua força de trabalho, possuíam por sua vez um pequeno terreno (possuíam ou alugavam), e logo de semiproletários e não de proletários agrícolas. Preferiu-se, pois, sob pena de fornecer números grandemente exagerados para o proletariado agrícola, não fazer a distinção (que se revela impossível com os dados dos censos) entre proletariado e semiproletariado agrícola e incluí-los a ambos numa única classificação, pelo que teve de se recorrer à classificação por profissões (única forma de não deixar de parte certos sectores do semiproletariado agrícola). Assim, por exemplo, para 1970 considerou-se como fazendo parte do proletariado e semiproletariado agrícola as seguintes classificações estatísticas: isolados e trabalhadores familiares não remunerados em trabalhador florestal e trabalhador agrícola (o isolado é o indivíduo que, embora possua terra, não emprega trabalho assalariado, logo um trabalhador agrícola que simultaneamente possui uma pequena propriedade é claramente um semiproletário); trabalhadores por conta de outrem em agricultor e lavrador, trabalhador florestal e trabalhador agrícola.

(3) O semiproletariado agrícola é constituído pelas centenas de milhares de famílias camponesas que, embora vendam a sua força de trabalho de uma forma mais ou menos regular ao longo do ano, cultivam também um pequeno pedaço de terra, que na maior parte das vezes nem sequer é seu, mas alugado.

Desde há muito que a diminuição relativa da população agrícola portuguesa não é novidade, mas nos últimos dez anos este processo acelerou-se de uma forma até aqui desconhecida. Foram os campos portugueses que, com a ruína do campesinato pobre, com os salários baixíssimos do proletariado e do semiproletariado agrícola, forneceram o grosso do contingente de um milhão de emigrantes nos últimos 14 anos (desde 1960); foram deles que saíram as novas gerações do proletariado industrial, da construção e transportes, recém-chegadas na última década. Paralelamente a esta sangria dos campos portugueses, à proletarização e emigração massiva do campesinato, decorreu a concentração da propriedade agrícola, a rápida mecanização (*) e a penetração do capital financeiro,

realizando numa base capitalista a união que necessitou de ser desfeita para a formação do capitalismo entre agricultura e indústria (*).

Com 1 077 132 proletários e semiproletários em 1950 e 1 017 994 em 1960, os campos portugueses contavam em 1970 somente com 599 705 (uma diminuição de 42% em 10 anos). Neste último ano, o proletariado e semiproletariado agrícola representava 62,3% de toda a população activa agrícola, o campesinato pobre 33,8% e a burguesia rural e latifundiários não-absentistas (os absentistas não são incluídos nas estatísticas da população activa agrícola) 3,1%, sendo a sua distribuição regional a seguinte:

DISTRITOS	Prolet. e semi-prolet.	%	Campesit. pobre	Burguesia rural	Não especificado	Total população agrícola	% em relação à população total act.
Aveiro	20 035	41%	26 125	1 530	265	47 955	19%
Beja	40 035	81%	7 040	2 045	215	49 335	56%
Bragança	21 340	54%	16 000	1 270	565	39 175	68%
C. Branco	28 985	66%	12 855	1 305	135	43 280	44%
Coimbra	28 800	53%	22 970	1 785	240	53 805	36%
Évora	31 370	90%	2 425	655	55	34 505	49%
Faro	25 750	68%	12 475	1 635	125	37 440	33%
Guarda	21 760	52%	18 130	1 085	115	41 090	53%
Leiria	27 440	52%	22 580	1 815	280	52 115	36%
Lisboa	30 970	65%	10 700	3 330	145	47 145	6%
Portalegre	28 455	85%	3 800	860	30	33 139	52%
Porto	25 475	52%	20 925	1 640	850	48 890	9%
Santarém	49 415	78%	10 905	2 865	90	63 275	38%
Setúbal	28 050	87%	3 230	905	45	32 230	15%
V. do Castelo	29 500	48%	30 085	565	535	60 685	58%
V. Real	30 990	58%	19 215	3 275	345	52 760	58%
Viseu	48 095	56%	34 465	2 415	345	85 320	58%
Biaga	38 710	56%	27 360	1 895	470	68 435	29%
Continente	554 930	62%	300 985	30 485	4 870	891 270	27%
Ilhas	44 775	63%	24 735	1 265	135	70 910	37%
Portugal	599 705	62%	325 720	31 750	5 005	962 180	

Fonte: censo de 1970, estimativa a 20%.

(*) Para termos uma ideia do aumento da concentração da propriedade agrícola da burguesia e latifundiários basta dizer que de 1952-54 para 1968 o número total de propriedades diminuiu de 801 162 para 775 794. Só as infimas propriedades (até 0,49 hectares) viram o seu número aumentar de 242 592 para 249 915. Este fenómeno aparentemente estranho é na realidade um sintoma do crescimento das relações capitalistas nos campos. Explica-se pela crescente ruína do camponês pobre e mesmo médio que se vê obrigado a vender sucessivamente terras que possui até estar reduzido a uma parcela minúscula e a condições de vida miseráveis, embora continue a resistir desesperadamente à proletarização definitiva; pela tentativa da burguesia rural e dos latifundiários, que vêm o número de trabalhadores agrícolas «escassear», de reter alguns que lhes garantam mão-de-obra na sua grande propriedade durante certas épocas do ano, para o que lhes cedem minúsculas parcelas de terra na sua periferia transformando-os assim em semiproletários e conseguindo por mais algum tempo impedi-los de emigrar para a cidade ou para o estrangeiro (as condições de vida deste semiproletariado são geralmente piores do que as do proletariado agrícola pois uma parte dos salários é-lhes descontada a título de renda); pelas compras de pequenas parcelas de terras feitas pelos emigrantes assim que conseguem juntar algum dinheiro, terras nas quais geralmente constroem uma casa com um pequeno terreno adjacente, casa que só parcialmente habitam em certas épocas do ano, pelo facto de muitas vezes inúmeras pequenas propriedades estarem concentradas nas mãos de um único possuidor que as explora em comum.

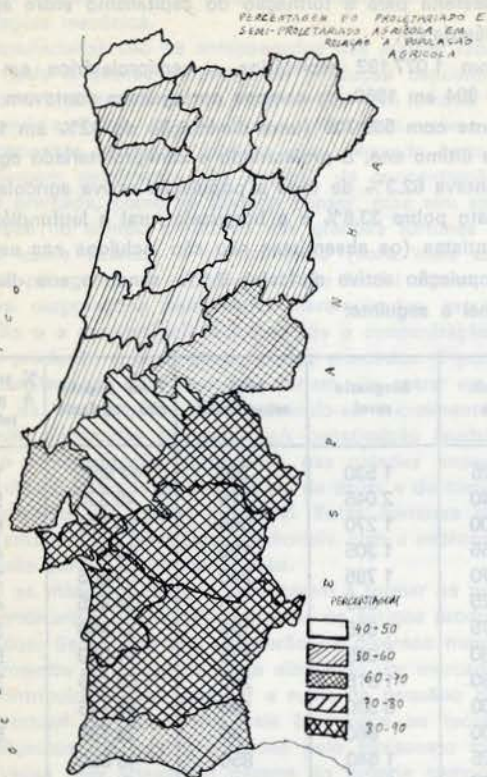
É também por estes motivos que se explica que o número de «isolados agrícolas» (classificação estatística) tenha crescido nos últimos anos: 1950-269 123; 1960-275 168; 1970-328 985, apesar da rápida diminuição da população agrícola. O crescimento do número de isolados é neste caso um sin-

toma da rápida ruína do pequeno produtor e da sua semiproletarização a caminho da proletarização definitiva.

(*) Para termos uma ideia da rápida mecanização dos campos nos últimos anos, basta referirmos o número de tractores, que de 21 656 em 1968 passou para 34 475 em 1972, ou seja, em quatro anos aumentou mais de 50%. Para compreender este fenómeno há que ter em conta o alargamento do capital financeiro ao sector agrícola, a sua crescente dominação sobre a grande propriedade agrícola, a formação de complexos agrícolas directamente ligados às indústrias alimentares, e à banca (conservas de tomates, laticínios, etc.) e por vezes, directa ou indirectamente, ao capital estrangeiro, tudo fenómenos que implicam uma «racionalização» capitalista do trabalho agrícola e, logo, uma sua rápida mecanização. Assim se realiza numa base capitalista a união entre agricultura e indústria, união que tinha sido destruída pelo crescimento do próprio capitalismo ao ocasionar a ruína da indústria caseira do pequeno camponês e que agora renasce sob uma nova base, que em certa medida que figura já a futura reunião entre cidade e campo, embora nas actuais condições mais não signifique do que um maior aumento da taxa de lucro.

(*) O latifundiário é nas relações capitalistas o proprietário da terra participando na distribuição da mais-valia através da renda e a burguesia rural ou rendeiro capitalista é o proprietário do capital investido, participando na distribuição da mais-valia através do lucro obtido. Nos casos em que o proprietário da terra seja também o possuidor do capital então a mesma pessoa cumpre as duas funções: latifundiário e rendeiro capitalista, embolsando simultaneamente a renda e o lucro. Caso exista a diferenciação, geralmente o proprietário latifundiário é absentista, isto é, vive na cidade ou na vila, longe das suas terras, embora vivendo da renda que estas lhe fornecem.

MAPA II



MAPA-III



Vemos por este quadro e pelos mapas I e II que é nos distritos do Sul (Beja, Évora, Portalegre e Setúbal) que o proletariado e semiproletariado agrícola representam uma maior percentagem em relação à população activa agrícola (sendo de notar que, com excepção de Setúbal, a população agrícola representa cerca de metade de toda a população activa destes distritos), enquanto que nos distritos do Norte interior, também globalmente com metade ou mais da sua população empregue ainda na agricultura (casos de Bragança, Guarda, Viseu, Vila Real e mesmo Viana do Castelo), o proletariado e semiproletariado agrícola representa somente cerca de metade da população activa agrícola. É de notar que só destes cinco distritos, onde a pequena propriedade ainda tem um grande peso, saíram entre 1950 e 1969 um imenso contingente de 270 000 emigrantes (qualquer coisa como 57% da sua actual população activa), não sendo difícil prever que a imensa maioria deste contingente era constituída por pequenos camponeses arruinados.

PROLETARIADO DA PESCA TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO

Importante sector do proletariado, englobando 219 623 proletários em 1950 (13% do proletariado total), 348 122 em 1960 (15% do proletariado) e 371 890 em 1970 (21% do proletariado).

O proletariado da pesca revela nos últimos tempos uma tendência para diminuir, tendo passado de 36 281 em 1950 e 39 390 em 1960 para 30 155 em 1970.

A sua distribuição regional era a seguinte neste último ano, por distritos:

Porto	5 385
Setúbal	4 985
Leiria	3 515
Aveiro	3 395
Ilhas	3 065
Lisboa	1 630
Faro	1 620
Viana do Castelo	740
Santarém	90
Braga	85
Beja	40
Guarda	5
Portalegre	5
V. Real	5
Viseu	5

Os trabalhadores por conta de outrem nos transportes não se poderão considerar, todos, incluídos no proletariado, de acordo com o critério enunciado (assalariados produtivos). Na realidade, nem todos os trabalhadores dos transportes são produtivos, tendo, se quiséssemos seguir rigorosamente este critério, de distinguir entre, por exemplo, o marinheiro que serve a bordo de um navio de carga e aquele que é assalariado num transatlântico para viagens turísticas, ou entre o condutor de uma camioneta que transporta mercadorias entre a fábrica e o porto e aquele que conduz uma camioneta de passeios turísticos, etc. No entanto, pareceu-nos não só impossível fazer esta distinção com os dados estatísticos disponíveis, mas mesmo inútil: na realidade, ideologicamente não existe grandes diferenças entre os trabalhadores produtivos dos transportes e aqueles outros que, embora cumprindo as mesmas funções, não se podem considerar produtivos, pelo que se podem genericamente incluir no proletariado dos transportes.

Este, assim considerado, revela uma tendência para aumentar nos últimos anos, contrariando a anterior tendência para a diminuição, tendo passado de 97 598 em 1950 para 92 287 em 1960 e para 108 575 em 1970 (6% do proletariado

total, incluindo o semiproletariado agrícola). A sua distribuição regional é a seguinte em 1970:

Lisboa	38 505
Porto	15 975
Setúbal	11 425
Santarém	7 290
Ilhas	5 500
Coimbra	4 980
Aveiro	3 980
Braga	3 090
Leiria	3 065
Faro	2 885
Viseu	2 080
Castelo Branco	1 635
Portalegre	1 555
V. Real	1 405
Évora	1 390
Beja	1 195
Viano do Castelo	1 175
Guarda	870
Bragança	575

O proletariado da construção é dos três o mais numeroso, revelando uma nítida tendência para aumentar:

1950 — 145 744 — 7% do proletariado total
 1960 — 216 447 — 10% do proletariado total
 1970 — 233 160 — 14% do proletariado total

A sua distribuição regional é a seguinte em 1970:

Lisboa	48 045
Porto	45 010
Braga	18 495
Setúbal	16 390
Aveiro	12 910
Santarém	12 440
Ilhas	11 160
Coimbra	11 090
Faro	8 635
Leiria	8 520
Viseu	8 070
Viana do Castelo	7 955
Castelo Branco	6 050
Évora	3 680
Vila Real	3 660
Guarda	3 375
Beja	3 005
Portalegre	2 835
Bragança	1 805

O PROLETARIADO INDUSTRIAL

O operariado ou proletariado industrial é, não só pelas suas características próprias, o sector de vanguarda do proletariado, mas é também, em 1970, o seu sector mais numeroso e concentrado, excedendo só por si o proletariado e semiproletariado agrícolas (o que não sucedia em 1950 ou 1960):

1950 — 515 022 — 27% do proletariado
 1960 — 641 302 — 31% do proletariado
 1970 — 689 075 — 41% do proletariado

Com 184 380 operários na cintura industrial de Lisboa, abrangendo os distritos de Lisboa e Setúbal, e com 320 730 operários nos três distritos litorais de Porto, Braga e Aveiro, o operariado português encontra-se grandemente concentrado. Pelo mapa III, referente a 1959, vemos que, além da cintura de Lisboa (de Vila Franca a Setúbal) e da zona de Braga a Aveiro, existem três outros focos de concentração do operariado, embora bastante secundários em relação aos dois principais; à volta da Marinha Grande, de Coimbra e da Covilhã.

Quanto à distribuição por ramos do operariado, é a seguinte:

Por este quadro se pode ver que, embora certos ramos tradicionais conservem a sua importância (caso dos têxteis, vestuário, calçado e cortumes, grandemente dependentes das matérias-primas e mercados coloniais), outros têm vindo a perdê-la (caso da alimentação, bebidas e tabacos e, em certa medida, da madeira, papel, cortiça, mobiliário e tipografia), enquanto outros ramos, que se podem considerar de ponta para o caso português, aumentam grandemente as suas posições (como acontece com os metais, a construção de máquinas e de aparelhos eléctricos e com a borracha, químicas e petróleo).

Quanto à distribuição regional dos diversos ramos, é ela a seguinte em 1970: as indústrias extractivas concentram-se no Porto (3 070 operários), com lugar de destaque para Aveiro e Beja (1 305 e 1 205 operários, respectivamente); as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco concentram-se no Porto e em Lisboa (11 410 e 11 050), com lugar de destaque para Faro e Setúbal (7 010 e 6 980); as indústrias têxteis de vestuário, calçado e cortumes concentram-se no Porto e em Braga (75 895 e 48 920), com destaque para Lisboa e Aveiro (21 990 e 19 085); as indústrias da madeira, cortiça, papel, mobiliário e tipográficas concentram-se no Porto (31 040), com lugar de

RAMOS	1950	%	1960	%	1970	%
Proletariado industrial	515 022	100	641 302	100	689 075	100
Extractivas	24 112	4	25 314	3	11 550	1
Aliment., Bebid., tabacos	59 127	11	60 254	9	53 700	7
Têxteis, vestuár., calçado, cortumes	186 695	36	205 725	32	235 465	34
Madeira, cortiça, papel, mobiliário e tipográf.	94 740	18	111 800	17	121 445	17
Borracha, químic., petró.	9 737	1	29 526	4	38 040	5
Minerais não metálicos	23 624	4	36 627	5	45 455	6
Metalúrgicas, metais, máquinas, transport., eléctricas e electrónicas	70 226	13	127 054	19	145 090	21
Diversas, eléct., gás, água	46 761	9	31 833	4	38 330	5

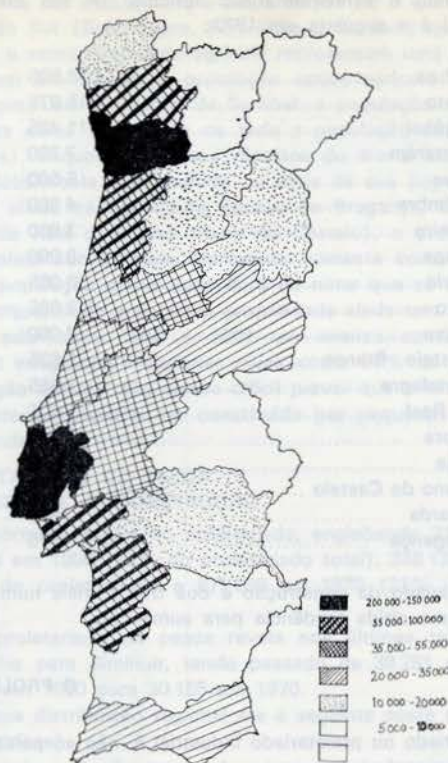
destaque para Lisboa e Aveiro (19 540 e 18 895); as indústrias da borracha, químicas e petróleo concentram-se em Lisboa (13 695), com destaque para Porto e Setúbal (7 685 e 5 665); as indústrias metalúrgicas, da construção de máquinas e material de transporte, eléctricas e electrónicas concentram-se em Lisboa e no Porto (38 175 e 34 105), com lugar de destaque para Aveiro e Setúbal (17 680 e 16 575); as indústrias de minerais não metálicos concentram-se em Leiria e Lisboa (11 240 e 9 080), com destaque para Porto e Aveiro (5 470 e 5 000); e, finalmente, as indústrias diversas e da electricidade, gás e água concentram-se em Lisboa e no Porto (13 265 e 8 855), com destaque para Braga (3 725).

O PROLETARIADO PORTUGUÊS

Sendo de longe a classe mais numerosa da sociedade portuguesa, o proletariado (com inclusão do semiproletariado agrícola) representa só por si mais de metade da população portuguesa (51%), com 1 660 600 proletários numa população activa de 3 206 605 em 1970. Em números absolutos e relativos, tem mostrado uma tendência para diminuir nos últimos 20 anos, tendo passado de 1 871 777 (58% da população activa) em 1950 para 2 007 420 (60%) em 1960 e 1 660 605 (51%) em 1970. É de notar que foi nos anos 1950-1960 que se assistiu ao grande aumento do proletariado industrial e da construção, transportes e pesca, tendência que se manteve com menor intensidade nos anos 1960-1970, nos quais se assistiu, contudo, a uma grande diminuição do proletariado e semiproletariado agrícola (bem como do campesinato pobre), sectores que forneceram grande parte do milhão de emigrantes destes anos. A diminuição absoluta e relativa da população camponesa é um fenómeno perfeitamente «normal» numa sociedade em que o modo de produção capitalista está em crescimento; contudo a intensidade e características particulares da emigração na última década merece uma explicação à parte (que não é intenção deste artigo fornecer). Assim, na última década assistimos a uma diminuição de mais de 400 000 no número de proletários e semiproletários agrícolas, embora a diminuição do proletariado como um todo tenha sido só de cerca de 340 000, visto os restantes sectores do proletariado terem aumentado (com excepção do proletariado da pesca, como já vimos).

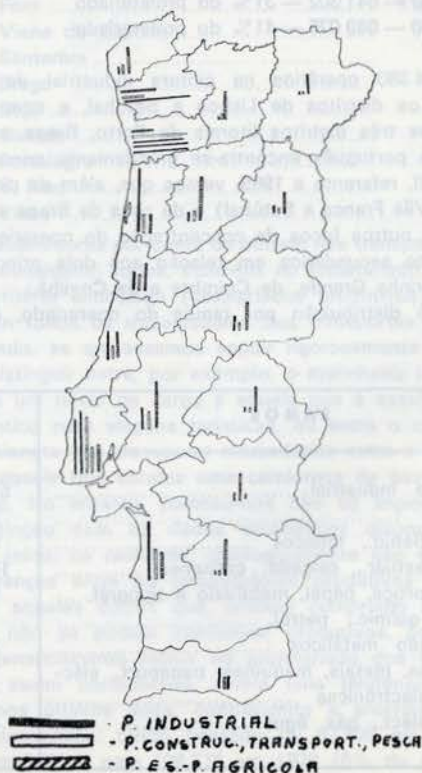
Dentro do proletariado, o sector mais importante é o operariado ou proletariado industrial, que, com 689 075 operários, representa 41% do proletariado total. Pelo censo de 1960, ainda era o proletariado e semiproletariado agrícola o sector mais importante, representando metade do proletariado total (e em 1950 de 57%). Em 1970, este sector mais não representa do que 36% do proletariado total. Os restantes 22% são constituídos pelo proletariado da pesca, construção e transportes, que revela também uma nítida tendência para o crescimento, especialmente na construção.

O proletariado não agrícola encontra-se grandemente concentrado à volta das duas principais cidades: numa zona litoral à volta do Porto, prolongando-se de Braga a Aveiro com cerca de 430 000 proletários não agrícolas (40% do total), e numa faixa que se estende de Vila Franca a Setúbal com cerca de 300 000 proletários não agrícolas (30% do total), tendendo estas duas grandes aglomerações não só a aumentar mas ainda a ter dentro delas uma concentração do proletariado em unidades de produção cada vez maiores.



MAPA IV — PROLETARIADO INDUSTRIAL, DA PESCA, CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES

MAPA V



A CRISE E OS TRABALHADORES

De há algum tempo a esta parte que a crise económica está na ordem do dia. Os sintomas são bem evidentes e indiscutíveis: desemprego, estagnação da produção, crise monetária, inflação acompanhada pela deterioração dos salários reais. Como é hábito nestes casos, os trabalhadores são os primeiros a sentir a crise na pele e não têm dúvidas quanto à sua existência — já há varios anos que a sua evolução se traduz em condições de vida cada vez mais penosas. Em seguida, a burguesia «nota» também qualquer coisa, através das dificuldades que sente em fazer render o seu capital a taxa de lucro que acha «razoável»; anuncia-nos então «maus tempos» e solicita «novos sacrifícios». Por fim, vêm os economistas burgueses, os últimos e os mais reticentes em aceitar a realidade, precisamente porque passaram os últimos vinte anos a vender a banha de cobra de que as crises eram um fenómeno que havia passado à história e que o capitalismo havia conseguido eliminar de uma vez por todas.

Crise e ideologia burguesa

Mas, uma vez postas de parte as ilusões à cerca da «harmonia» do sistema, a classe dominante procura agora obscurecer as verdadeiras causas da crise. Para alguns, o boicote do petróleo caiu que nem sopa no mel para «explicar» as dificuldades com que se debate o sistema capitalista: são os árabes os culpados de tudo e é evidente que se trata de um **complot** que sórdidos e ocultos poderes maquinam contra o «mundo livre» ocidental. Para outros, são as exigências «insensatas» dos trabalhadores a causa da actual instabilidade.

A perspectiva dos economistas burgueses, por sua vez, é a de que a crise é provocada por factores externos à lógica fundamentalmente inatacável do capitalismo, os quais vão desde os «abusos de poder» por parte dos monopólios até às «políticas erradas» dos governos.

Num ponto de vista oposto e que se pretende situar declaradamente numa posição progressista e de crítica ao sistema, encontramos por vezes explicações que pelo seu carácter superficial e ecléctico colaboram inconscientemente com a ideologia burguesa ao fazerem crer que a crise actual é fruto da conjugação mais ou menos fortuita de uma série de factos sem ligação aparente.

Ora, se queremos demonstrar que as crises são um fenómeno inseparável do modo de produção capitalista, torna-se indispensável encontrar a contradição principal que está por

trás delas e subordinar-lhe as restantes contradições. De facto, «existem muitas contradições na evolução de uma coisa complexa; entre estas, uma é necessariamente a contradição principal, cuja existência e crescimento determinam a influência, a existência e o crescimento das outras» (Mao-Tsé-Toung, «À cerca da contradição»). Para nós não sofre dúvidas que «ao estudarmos qualquer processo complicado em que existam duas ou mais contradições, devemos fazer tudo o que for possível para descobrir qual é a contradição principal. Uma vez que isso tenha sido descoberto, todos os problemas se podem solucionar rapidamente» (Mao-Tsé-Toung, «À cerca da contradição»).

Ora a contradição principal da acumulação capitalista é aquela que assenta na lei da queda da taxa de lucro. Só essa lei, por ser tão geral que é inerente ao capitalismo e por resistir a todas as transformações que se verifiquem dentro desse modo de produção, só essa lei pode explicar a constância do fenómeno das crises periódicas ao longo de todas as fases do desenvolvimento capitalista.

Embora seja completamente impossível aprofundar neste artigo a questão da queda da taxa de lucro, convém dizer que ela decorre do aumento da produtividade dos trabalhadores, ou seja, do aumento da maquinaria utilizada por operário. É portanto evidente que a aceleração da acumulação, ao estimular o aumento da produtividade, implica a queda da taxa de lucro.

EXPANSÃO E DEPRESSÃO

Mas como se manifesta a lei da queda da taxa de lucro no crescimento e na acumulação capitalista? Vejamos primeiro como se nos apresenta na realidade concreta a marcha da acumulação.

Essa acumulação é, nunca é de mais repeti-lo, um processo essencialmente cíclico, quer dizer, com altos e baixos. À fase de prosperidade (no sentido que lhe dá o capital) segue-se sempre a de depressão, e vice-versa. Durante o período de expansão, a economia cresce a taxas mais elevadas, os capitalistas prosperam obtendo grandes lucros; no mercado da mão-de-obra a situação tende a aproximar-se do pleno emprego (ou, pelo menos, o que é bem mais o caso no capitalismo monopolista, as taxas de desemprego tendem a baixar) e isso propicia uma certa subida dos salários reais. Pelo contrário, a depressão, que desemboca na crise, é um

período de estagnação, de desemprego e de queda acentuada dos salários. Tudo isso se salda finalmente por uma imensa destruição de forças produtivas: tanto das materiais (paragem do funcionamento da maquinaria das empresas fadadas) como humanas (desemprego maciço).

Ao mesmo tempo, e a anteceder a crise, gera-se e alarga-se uma gigantesca desproporção entre a capacidade de produção e a capacidade de consumo da sociedade, o que não significa que não haja necessidade dessas mercadorias, mas sim que elas não podem ser vendidas com lucro. Assim, a sociedade sufoca por ter demasiadas mercadorias em armazém no preciso momento em que exércitos de trabalhadores desempregados passam as maiores privações.

Baseando-se nestes factos, há quem diga que a causa das crises é a tendência do capitalismo para restringir o consumo das massas, defendendo em consequência a tese reformista de que o sistema poderia evitar a derrocada aumentando no momento oportuno os salários dos trabalhadores. Claro que tal teoria não tem em conta o facto de aos capitalistas não interessar vender por vender, mas sim vender com lucro; ora o aumento dos salários não poderia deixar de provocar a diminuição dos lucros e, assim, a crise não deixaria de ter lugar⁽²⁾. Por outro lado, essa teoria, chamada do «subconsumo», não explica a necessidade que têm os capitalistas de ultrapassar os limites que lhes são impostos pela restrição do consumo das massas.

Assim, se a contradição principal da acumulação capitalista é efectivamente a contradição entre, por um lado, a necessidade de alargamento da produção e, por outro lado, a necessidade de valorização do capital, a verdade é que ambos os aspectos dessa contradição são determinados pela lei da queda da taxa de lucro, e só vendo o problema nessa perspectiva conseguiremos compreender as crises.

LUCRO E CONCORRÊNCIA

De facto, a produção capitalista, não sendo planificada, corre permanentemente o risco de ultrapassar a procura. Mas isso, se nos mostra que existe a possibilidade objectiva da crise de sobreprodução, não nos explica nem como é que essa sobreprodução efectivamente se verifica, nem como ela se torna permanente, pois os capitalistas, se bem que procedendo às cegas, vão mais ou menos tateando o seu caminho, de tal forma que cada vez que a oferta exceda a procura a produção se deverá retrair momentaneamente por forma a reequilibrar o mercado. Porque é que as coisas não se passam efectivamente assim ou, por outras palavras, como é que se gera uma sobreprodução permanente?

A resposta encontra-se na queda tendencial da taxa de lucro, a qual se desenvolve paralelamente à marcha da acumulação. Nos períodos de prosperidade, quando cada capitalista obtém uma taxa de lucro estável e próxima da taxa de lucro média, a concorrência entre os diversos capitalistas assume a forma de um despique amigável. É só quando surgem as dificuldades em realizar a taxa de lucro média que a concorrência se agudiza e assume formas mais violentas, pois agora já não se trata de repartir os lucros, mas de repartir as perdas.

A diminuição da taxa de lucro não leva, portanto, imediatamente, a uma quebra brusca dos investimentos. Na realidade, se essa diminuição reduz as oportunidades para investir lucrativamente, travando assim a constituição de novos capitais autónomos (isto é, a criação de novas explorações industriais), em relação às actividades industriais já instaladas o problema põe-se de uma maneira totalmente diferente. Para eles o di-

lema é «ou vai ou racha»: ou desistem de produzir e perdem a totalidade do capital investido, ou aceitam o desafio e desenvolvem todos os seus esforços para aumentar a sua produtividade, reduzindo os custos de produção abaixo dos concorrentes e podendo assim vender com margens maiores do que eles. É claro que por esse processo os capitais mais dinâmicos conseguirão reconstituir as suas taxas de lucro iniciais, mas os mais retardatários verão a sua rentabilidade diminuir ainda mais.

EXCEDENTE DE PRODUÇÃO

Entretanto, os esforços desesperados para aumentar a produtividade são acompanhados por um crescimento desmesurado da produção, o que quer dizer que alguns dos capitalistas não conseguirão vender a totalidade das mercadorias fabricadas. Simultaneamente, os capitalistas mostram-se cada vez mais avessos a conceder aumentos de salários, o que, reduzindo a expansão da procura dos bens que asseguram a subsistência dos operários, reforça a tendência para a sobreprodução.

A sobreprodução é portanto o efeito das contradições da acumulação capitalista, as quais provocam nos capitalistas individuais a necessidade de resolver os seus problemas à custa tanto dos seus concorrentes como dos trabalhadores que empregam.

É claro que o desenvolvimento da sobreprodução apressa a queda da taxa de lucro média, o que por sua vez faz aumentar a sobreacumulação, aumentando portanto os capitais que não se reinvestem produtivamente e que permanecem inactivos nas mãos dos capitalistas. Quer isso dizer que o investimento tende a crescer mais lentamente, travando assim o aumento da procura de maquinaria e outros equipamentos fabris. Assim, a sobreprodução acentua-se nos sectores industriais que produzem esses equipamentos, transmitindo-se em seguida aos outros sectores da economia. A crise desenvolve-se em espiral, pois o excesso de mercadorias cria mais excesso de capitais, e o excesso de capitais cria, por sua vez, mais excesso de mercadorias, acelerando-se o processo e, em consequência, a diminuição da taxa de lucro.

Se as coisas se passassem exactamente desta forma, a crise brutal sobreviria pouco tempo após as primeiras manifestações da sobreprodução. Mas na realidade o processo é um pouco mais longo.

CRÉDITO E CRISES

Convém aqui entrarmos em conta com a existência do crédito. Vimos já como se desenvolve a sobreprodução e como ela se caracterizou pela impossibilidade de vender a totalidade das mercadorias que poderiam ser produzidas com a maquinaria existente. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que os capitalistas se vêem impossibilitados de realizar em dinheiro parte ou a totalidade da mais-valia produzida pelos trabalhadores, eles têm de continuar a realizar despesas para pagar ou amortizar os elementos do capital empregado. Resumindo, cada capitalista individual tem qualquer coisa que não consegue vender, mas necessita de o fazer para poder comprar, ficando assim cada dia mais entalado com as dívidas que tem de satisfazer. Em pouco tempo muitos capitalistas abririam falência se não tivessem possibilidade de recorrer ao crédito bancário.

A solução do recurso ao crédito aparece então como a tábua salvadora, e não admira que teóricos reformistas tenham aproveitado tal facto para afirmar que o desenvolvimento do

sistema de crédito deveria pôr termo às crises cíclicas do capitalismo. Na verdade, o crédito permite adiar a crise, pois mantém a procura em expansão, centralizando os capitais que não encontram aplicação lucrativa e alugando-os às empresas que deles mais necessitam. Posta assim a questão, quase todos levados a crer na vocação «humanitária» e «social» da banca, a qual teria por missão mobilizar ao máximo os capitais, garantindo o pleno emprego das forças produtivas e tomando a seu cargo a regulação da economia.

Mas a realidade desmente esse quadro idílico e demonstra-nos que, se o sistema de crédito acelera, por um lado, o desenvolvimento material das forças produtivas, por outro lado ele precipita e amplifica a explosão violenta das crises de sobreprodução. Vejamos porquê.

A EXPLORAÇÃO DA CRISE

A opinião de que o crédito «resolve» o problema da crise distribuindo prodigamente o capital excedentário tem unicamente em conta um aspecto do problema: a socialização crescente das forças produtivas, e neste caso do capital-dinheiro; tende assim a assimilar o sistema financeiro a um sistema de planificação. Mas esquece deliberadamente o outro lado da questão, a saber, que esse capital social centralizado pelos bancos é por eles apropriado e utilizado de acordo com os seus interesses particulares. Assim, o sistema de crédito acaba por reproduzir a outro nível as contradições que surgem na produção, ampliando-as e dando-lhes outra dimensão, de tal forma que concentra em si de forma explosiva os conflitos do modo de produção capitalista.

Vemos então que os bancos só emprestam se puderem obter em troca um juro cobrado sobre o lucro do capital industrial. Ora esse lucro está precisamente em baixa e, quando ele se anular completamente, desaparece ao mesmo tempo a possibilidade de obter capital emprestado. Ao mesmo tempo, a taxa de juro tende a subir à medida que se aproxima o desenlace da crise, pois a situação desesperada de grande parte dos capitalistas leva a que a procura de crédito cresça mais rapidamente do que a oferta, até porque as instituições financeiras tendem (como reflexo da sobreacumulação) a desviar cada vez mais capitais para fins especulativos.

É assim que a pouco e pouco vários capitalistas vão sucumbindo, apesar da pretensamente milagrosa acção do crédito. Mas a crise não estala com toda a sua brutalidade enquanto o sistema de crédito não desabar, ele próprio, com estrondo, o que sucede como consequência do florescimento da especulação, que destrói lentamente a confiança em que se baseia qualquer sistema de crédito.

Não podemos, no entanto, considerar a especulação como um factor autónomo unicamente derivado da «psicologia especulativa» dos capitalistas. A especulação é um fenómeno normal e permanente no capitalismo, mas só em determinadas circunstâncias ela põe em perigo o sistema de crédito; isso verifica-se na altura em que a sobreacumulação se agravou de tal maneira que os capitais flutuantes e aventureiros em busca de um superlucro se tornaram de tal forma importantes que os seus movimentos abalam todo o edifício capitalista.

A crise estala, portanto, primeiro no terreno da especulação, estendendo-se em seguida à produção. Aqui o resultado é o desemprego maciço de exércitos de trabalhadores e a eliminação de numerosas empresas, o que provoca simultaneamente a queda acentuada dos salários e a eliminação de concorrentes, reajustando-se a produção à capacidade de consumo da sociedade e criando-se as condições para um novo

período de expansão. Tudo isso à custa do sacrifício dos trabalhadores, que assim se vêem lançados na miséria e, simultaneamente, da destruição impiedosa de meios de produção «supérfluos» do ponto de vista do capital.

AS CRISES NA HISTÓRIA DO CAPITALISMO

Estas são as linhas gerais seguidas por qualquer crise; mas, bem entendido, cada ciclo tem as suas características próprias e, em particular, a forma como as crises se processavam no capitalismo concorrencial e a forma como se processam hoje no capitalismo monopolista são bastante diferentes.

Do mesmo modo a sua intensidade e repercussões evoluem também com o tempo. No século XVIII verificaram-se em Inglaterra as primeiras crises de sobreprodução, restringindo-se embora a alguns sectores industriais. A primeira crise que afecta a totalidade de uma economia nacional verificou-se também em Inglaterra em 1825; em 1847-1848 estalou uma crise que, originada nesse mesmo país, se estendeu rapidamente a toda a Europa e aos Estados Unidos, sendo já portanto uma crise marcadamente mundial. A crise de 1873 tem uma importância excepcional que deriva tanto da sua violência como do facto de ter provocado um movimento de concentração tão forte que marca praticamente o início da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (estádio imperialista). Já no século XX a acumulação continua a realizar-se de forma cíclica, e em 1929 inicia-se a Grande Depressão, cujos devastadores efeitos económicos e políticos se prolongaram até ao fim da II Guerra Mundial. Depois da guerra, a amplitude dos ciclos diminuiu bastante, facto que levou os economistas burgueses a afirmar que as crises haviam passado à história.

Na realidade, essa posição é claramente apologética, pois encobre duas questões:

1) No capitalismo contemporâneo, a crise tornou-se num fenómeno permanente: tanto a sobreprodução como o desemprego nunca descem abaixo de um certo nível, a taxa de investimento é sempre baixa, e a inflação é um fenómeno constante que tende a corroer os salários reais. De facto, verifica-se desde a II Guerra que nos países desenvolvidos a taxa de desemprego se mantém sempre acima dos 3% e girando frequentemente em volta dos 5%, ao mesmo tempo que a capacidade produtiva não utilizada raramente desce abaixo dos 15-17% (*). A inflação, por sua vez, foi um fenómeno comum aos países capitalistas durante todo o período compreendido entre 1945 e 1974, variando as taxas médias anuais de 2 a 6%, com notável aceleração nos anos mais recentes (*).

2) Por outro lado, o movimento cíclico da acumulação não desaparece, continuando a verificar-se depressões periódicas (1949, 1953, 1958, 1963, 1969-70), se bem que de intensidade e duração reduzidas em relação ao que anteriormente era hábito.

Estas novas características da acumulação são o reflexo das condições de produção e circulação próprias do capitalismo no seu estágio monopolista, e são elas próprias a confissão de que as contradições básicas do sistema não desapareceram. De facto, se a função desempenhada pela crise é a de, ao eliminar um grande número de capitalistas e acelerar a concentração, fazer subir a taxa média de lucro e garantir consequentemente o prosseguimento da marcha da acumulação, é fácil ver que, se presentemente as crises não se manifestam violentamente, elas não cumprem cabalmente essa função. Por

outras palavras, se durante as crises dos últimos trinta anos a destruição de capitais não se faz de modo tão violento e radical como era hábito, isso quer dizer que essas crises nunca chegam a eliminar totalmente a sobreprodução e a sobreacumulação existentes. Só falta saber se esse processo se manterá indefinidamente ou se, pelo contrário, não se chegará a um ponto em que a acumulação, para poder continuar, não exigirá uma destruição maciça dos capitais sobreacumulados que as crises precedentes têm até agora poupado. Do que não há dúvidas é de que a crise do imperialismo se tem vindo a agudizar, o que aliás não ocorre só ao nível económico mas também, e como reflexo dessa situação, ao nível político.

A INFLAÇÃO

É claro que na base do fenómeno da sobreprodução continua a estar a queda tendencial da taxa de lucro, muito embora as estatísticas não permitam confirmá-lo empiricamente. Simplesmente, agora, na fase do capitalismo monopolista, as empresas reagem à queda da taxa de lucro aumentando os preços na medida em que o seu domínio sobre o mercado para que produzem o permite. A inflação não é outra coisa senão a tentativa de compensar a diminuição do lucro através de um aumento da mais-valia apropriada. Este tipo de prática é tão velho como a própria existência dos monopólios, mas adquire uma importância crescente à medida que a concentração da produção se desenvolve em todos os sectores da produção. É assim que o aumento dos preços se torna numa reacção generalizada dos capitalistas às suas dificuldades em realizar o lucro médio, vindo finalmente o processo a saldarse numa diminuição dos salários reais dos trabalhadores.

Vimos já que a inflação é actualmente um fenómeno constante⁽²⁾. No entanto, nos últimos anos, e especialmente depois de 1967, ela tem tendido a acelerar-se em todo o mundo capitalista, podendo tal facto ser considerado como uma confissão de que a tendência para a queda da taxa de lucro se acentuou desde então. Pareceria assim à primeira vista que o capitalismo monopolista teria descoberto um processo de contrariar a lei fundamental do modo de produção hoje dominante. Mas acontece que esse expediente tem também os seus limites de eficácia, de entre os quais cabe salientarmos o facto de o salário real não poder descer muito abaixo do nível de subsistência da força de trabalho, e isso tanto por razões económicas como político-sociais. Ora é evidente que, a partir do momento em que os salários se reajustem, pelo menos em parte, ao novo nível de preços, a queda da taxa de lucro será efectiva, só restando aos patrões repetir a alta de preços, iniciando-se assim um ciclo infundável; não se pode, por outro lado, esquecer que, continuando o processo de acumulação, se acelera a queda tendencial do lucro médio, o que exige, para ser compensada, taxas de inflação cada vez maiores.

CONCORRÊNCIA INTERMONOPOLISTA E SOBREACUMULAÇÃO

É assim que finalmente a queda da taxa de lucro vence a contratendência que é a inflação, açulando a competição entre os capitalistas e prenunciando um crescimento da sobreprodução à medida que os monopólios, no intuito de diversificarem a sua produção para aproveitarem parcelas de equipamento ou redes comerciais subutilizadas, vão invadindo sucessivamente as coutadas dos seus parceiros.

A partir de 1966, a utilização da capacidade industrial começa a diminuir rápida e continuamente nos EE. UU.: em 1966 é de 90,5 %, em 1967 de 85,3 % e em 1968 de 84,5 %; em 1969 a taxa de utilização entra numa fase de queda ainda mais acelerada como consequência da crise financeira mundial, passando de 81,7 % no final do ano de 1969 a 72,3 % no quarto trimestre de 1970. Este fenómeno verifica-se igualmente nos restantes países; nomeadamente em Portugal, a ocupação das capacidades produtivas situou-se entre 83 % e 86 % nas indústrias de bens intermediários e de equipamento, e à volta dos 75 % nas indústrias de bens de consumo.

A sobreprodução acentuou-se portanto a partir de 1966-1967. Logicamente, a queda da taxa de lucro acelera-se, desenvolvendo-se paralelamente a sobreacumulação (ou excedente de capitais que não encontram aplicação lucrativa), verificando-se um abrandamento no crescimento do investimento produtivo. Nos EE. UU., onde o investimento em capital fixo cresceu no período 1962-1966 com taxas entre os 8 % e os 15 %, ele passa a crescer em 1967-1969 com taxas entre os 2 % e os 8 %. Na Alemanha Ocidental, a formação bruta de capital fixo diminui nos anos de 1966 e de 1967 em relação aos anos anteriores. Nos restantes países europeus, o crescimento do investimento cai também, embora com intensidades e velocidades diferentes de país para país; só a França consegue manter taxas à volta dos 10 %. Em Portugal, a evolução foi a seguinte: aumento de 17,3 % em 1966; aumento de 5,7 % em 1967; aumento de 2,95 % em 1968; diminuição de 4,3 % em 1969.

Claro que, em consequência, a taxa de crescimento da produção diminui também, se bem que não muito acentuadamente na maior parte dos países. Mas o facto determinante a partir desta fase do ciclo é o desenvolvimento da sobreacumulação, dos capitais disponíveis que não se investem na produção.

A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Esses capitais, uma vez centralizados pelos bancos, vão servir para financiar a inflação e a sobreprodução ao permitirem manter a procura em expansão. Aparentemente, funcionam como factores de estabilização e suportes da acumulação. Mas a outra face da sobreacumulação de capitais é a especulação, a qual encontra, precisamente em períodos inflacionistas, uma óptima base para as suas aventuras.

Analisando os efeitos da inflação a nível internacional, concluiremos rapidamente que o facto de ela apresentar taxas diferentes de país para país significa que aqueles onde elas são superiores vão ver a sua competitividade diminuída no mercado mundial. Assim, e como a velocidade da inflação varia constantemente, isso tende a desorganizar o comércio internacional, com os diversos países a sofrerem variações muito rápidas e violentas nas suas balanças comerciais. Isto no que diz respeito aos movimentos de mercadorias.

E quanto aos movimentos de capitais? Aí a inflação, criando incerteza na rentabilidade dos empréstimos a longo prazo (dada a depreciação permanente da moeda), favorece o desenvolvimento desmesurado dos empréstimos a curto prazo, os quais adquirem um carácter especulativo e correm constantemente atrás das taxas de juro mais rentáveis. Ora outra característica dos períodos inflacionistas é a instabilidade das taxas de juro e a sua diferenciação de país para país. É assim que essa massa enorme de capitais «sem pátria» se deslocam velozmente de país para país ao menor sinal de alteração das taxas de juro, facto que não pode deixar de vibrar rude golpe nas balanças de capitais de alguns países.

Vimos assim que a instabilidade das balanças de pagamentos se torna regra corrente. Nada mais natural para a especulação do que passar agora a jogar a um nível superior, especulando a partir daqui com o valor das moedas nacionais (o qual, como se sabe, está intimamente ligado à situação deficitária ou superavitária da balança de pagamentos).

Nasce aqui a chamada crise do sistema monetário internacional, a qual não é mais, como se viu, do que a expressão da crise que se desenvolveu primeiro ao nível da produção. A crise do sistema monetário traduz-se a nível concreto numa crise de financiamento das economias cujas moedas se defrontam com mais dificuldades, pois a forma de reequilibrar a balança de pagamentos consiste fundamentalmente em restringir o crédito à produção. As taxas de juro aumentam então nos países em dificuldades, o que atrai capitais provenientes de países onde são praticadas taxas inferiores. Não resta então aos países que vêm fugir capitais (sobretudo destinados a empréstimos a curto prazo) outra solução senão aumentarem também as taxas de juro vigentes, com o objectivo de procurar retê-los. A restrição do crédito alastra-se a todos os países, e com ela a recessão da actividade económica.

A HEGEMONIA DO DÓLAR POSTA EM CAUSA

Convém aqui chamar a atenção para o facto de o sistema monetário internacional em vigor desde a II Guerra Mundial até aos nossos dias repousar na supremacia dos EE. UU. sobre os restantes imperialismos. Nesse sistema todas as moedas são convertíveis umas nas outras através de taxas de câmbio que não admitem senão margens mínimas de variação. Mas só o dólar é obrigatoriamente convertível em ouro — isto é, a Reserva Federal americana é obrigada a satisfazer todos aqueles que lhe apresentem dólares para serem trocados por ouro.

Valendo-se, no entanto, da sua supremacia económico-política, os EE. UU. acumulam desde longa data déficits crescentes da balança de pagamentos que serviram para financiar a sua expansão financeira e militar em todo o Mundo, conseguindo persuadir os seus parceiros a não exigirem a conversão em ouro da dívida externa americana. Claro que este processo se salda num aumento das dívidas americanas sem contrapartida nas reservas de ouro dos EE. UU., de tal modo que em Março de 1968 o seu estoque de ouro é de 10,7 biliões de dólares, enquanto que as dívidas em circulação sobem a 33,7 biliões. Esta situação só se podia manter com a cumplicidade e a submissão da Europa e do Japão, os quais se comprometeram em sucessivos acordos (com excepção da França) a não exigirem a conversão dos seus activos em dólares.

A partir daqui, a evolução é determinada por dois factores: 1) A deterioração da balança de pagamentos americana; 2) A agudização das contradições políticas entre os países imperialistas, provocada ela própria pela crise económica.

A deterioração da balança de pagamentos americana foi provocada tanto pela fuga de capitais a curto prazo para a Europa, em busca de taxas de juro mais elevadas, como pelo deficit comercial verificado em 1970 (pela primeira vez desde 1893!) em resultado da agudização da competição no mercado mundial. O aumento do deficit da balança norte-americana estimulava assim o aumento espectacular da dívida externa americana (60 biliões de dólares em 1971), ao mesmo tempo que as reservas em ouro se mantinham ao nível dos 10 biliões. A partir daí a sobrevalorização da moeda americana torna-se escandalosa, despertando nas grandes potências rivais um clamor de protestos contra o diktat dos EE. UU.

Assim, e ao mesmo tempo que aumentam as pressões políticas para que o dólar seja desvalorizado, os especuladores lançam-se deliberadamente ao ataque, exigindo em massa a troca dos seus dólares por ouro — movimento aliás favorecido pela aceleração da inflação, que fez aumentar a procura de valores firmes. A França lidera os países descontentes com as prepotências dos EE. UU. e, para sublinhar a sua insubmissão, exige à reserva federal a conversão em ouro de 191 milhões de dólares. Mas o governo americano, em vez de ceder às pressões, decide recorrer a todo o seu poder para impor aos europeus e aos japoneses o financiamento do deficit americano — Nixon anuncia em Agosto de 1971 a supressão pura e simples da convertibilidade do dólar.

OS EFEITOS DA CRISE DE 1969-1970

O último golpe foi vibrado deste modo no sistema monetário internacional e consequentemente no mercado financeiro mundial. Mas, ao contrário do que talvez se esperasse, essa decisão não teve consequências catastróficas sobre as economias capitalistas. A razão principal é que grande parte da sobreacumulação tinha sido absorvida pela crise que grassou entre 1969 e 1971, a qual provocara inúmeras falências.

De facto a taxa de crescimento da produção industrial caíra nesse período nos Estados Unidos, no Canadá, na Holanda, na Itália, na França, na Inglaterra, na Suécia, na Dinamarca, na Alemanha Ocidental, na Áustria, na Bélgica, na Noruega, na Suíça e na Espanha. Em Portugal a recessão fez-se sentir em 1969, recuperando no entanto o crescimento industrial nos anos imediatos. Também o crescimento do investimento se desacelerou, sofrendo mesmo retrocessos em alguns países: EE. UU., Itália e Inglaterra (— 6 % em 1971 neste último país).

Entretanto o desemprego aumentou notavelmente em todos os países, à excepção da Alemanha Ocidental. Nos Estados Unidos o número de desempregados, que andara entre 1965 e 1969 à volta dos 3 milhões, subiu rapidamente para os 5 milhões em 1969, por aí permanecendo até 1972. Na Inglaterra os trabalhadores desempregados aumentaram rapidamente: 370 mil em 1965, 600 mil em 1967, 650 mil em 1970, 930 mil no final de 1971. Em França passam de 150 mil em 1965 para 380 mil em fins de 1971. No nosso país não existe nenhuma indicação estatística sobre o número de desempregados, mas a diminuição da população activa em 1,9 % entre 1960 e 1970, os níveis de emigração atingidos e os despedimentos colectivos de que diariamente se tem conhecimento mostram claramente que também entre nós o desemprego mostrou tendência para aumentar.

Mas esta recessão, se adiou por algum tempo o espectro de uma crise catastrófica, não foi no entanto suficiente para eliminar parte significativa da sobreprodução e da sobreacumulação existentes por forma a poder relançar uma nova fase de forte expansão. De facto, as falências anunciadas entre 1969 e 1971 não atingiram praticamente nenhuma grande empresa (à parte a americana Penn Central), e a tímida expansão iniciada em 1972 viu-se de novo ameaçada a partir de 1973. Após o período mais agudo da crise, a procura retomou em parte a sua expansão mercê do abaixamento das taxas de juro e desconto. Mas foi sol de pouca dura. Em breve a sobreprodução voltou a aumentar significativamente, e com ela a agudização das contradições a todos os níveis. É assim que a partir de meados de 1973 os governos retomam medidas de contenção do crédito, subindo, por vezes fortemente, as taxas de desconto praticadas, o que se reflecte imediatamente na alta das taxas de juro dos empréstimos tanto a curto como a longo prazo.

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES

É extremamente difícil prever no momento actual como vai continuar a desenvolver-se a crise que desde os finais dos anos 60 começou a manifestar-se. No entanto, quer ela venha a terminar sob a forma de um colapso brusco e generalizado da actividade produtiva, quer continue a desenrolar-se de uma forma larvar que determine uma depressão longa da economia, o certo é que as principais vítimas da situação gerada serão sem dúvida os trabalhadores. Face a essa realidade põe-se a pergunta: que podem os trabalhadores fazer para se defenderem dos efeitos da crise, isto é, essencialmente, do desemprego e da inflação?

A resposta a esta questão é decisiva e serve hoje perfeitamente para demarcar os reformistas dos verdadeiros progressistas. Face a ela os falsos amigos das classes populares, reformistas velhos e novos, apontam aos trabalhadores o caminho dos sindicatos, apresentando-os como a tábua de salvação das classes produtoras e recusando-se a denunciar as limitações inerentes a esse tipo de actuação.

O célebre slogan inúmeras vezes repetido de « **aumentos de salários sem aumentos de preços**» exprime de forma claríssima o logro em que o reformismo pretende fazer cair a classe operária, atando-a de pés e mãos à defesa puramente económica dos seus interesses. Ora, a actual crise aponta clarissimamente para a impossibilidade de os trabalhadores poderem defender ou melhorar as suas condições de vida dentro do quadro institucional vigente. De facto, nas condições do capitalismo dos monopólios, o aumento dos salários será rapidamente recuperado por novos aumentos de preços, razão pela qual só momentaneamente consegue melhorar a condição da classe operária.

Tão pouco a nova situação política emergente do golpe de Estado de 25 de Abril veio alterar a situação — a anarquia da produção capitalista e o poder dos monopólios permanecem inalterados e as contradições objectivas delas decorrentes não podem ser eliminadas por qualquer tipo de governo, por mais liberal que seja, dentro da actual economia burguesa.

A verdadeira solução da crise exige a instauração de uma democracia popular na qual os trabalhadores deixem de ser uma mercadoria sujeita a compra e venda e onde, após expropriarem a classe parasitária dos capitalistas e entregarem a terra a quem a trabalha, organizem livremente a produção social de acordo com os seus próprios interesses. Tal sistema organizará a mais larga democracia no seio das diversas classes que compõem o povo, ao mesmo tempo que imporá a ditadura popular a todos os reaccionários e agentes contra-revolucionários do imperialismo.

(1) Isso não quer dizer que seja o aumento dos salários a causa da crise; esta desencadeia-se independentemente de quaisquer reivindicações salariais.

(2) Nos países ditos «subdesenvolvidos» estes fenómenos encontram-se notavelmente agudizados.

(3) Sobre a inflação, vale igualmente o que se disse na nota anterior acerca do desemprego e da capacidade não utilizada. É, por exemplo, frequente encontrar na América Latina taxas de inflação entre 30% e 80%.

(4) Historicamente, os preços apresentaram uma tendência para cair durante toda a primeira fase do capitalismo. É só a partir de 1891 que a subida dos preços se torna uma tendência de longo prazo.

por um homem novo
numa sociedade nova

Jc

jornal do centro

Redacção e Administração Apartado 4 — Pamplhona

Nota de redacção

O artigo antecedente foi escrito, com excepção do seu último parágrafo, antes do golpe militar de 25 de Abril.

A análise da crise profunda do capitalismo mundial é hoje importantíssima para a classe operária, já que tal crise é a consequência, não apenas das contradições próprias do sistema, mas também do avanço decisivo em todas as frentes da luta dos povos de todo o mundo. A situação actual é excelente para o proletariado e povos de todo o mundo.

Também em Portugal, a crise mundial do sistema capitalista se traduziu numa crise profunda do sistema. Crise esta agravada por contradições específicas como a guerra colonial.

O golpe de 25 de Abril, instaurando uma ditadura burguesa de tipo liberal constitui uma tentativa de resposta da burguesia portuguesa a esta situação de crise. A burguesia portuguesa catapultando ao poder o seu sector liberal, aliado ao revisionismo, procura desesperadamente uma saída para a crise.

Essa solução, como o exprime o programa do governo provisório será, por um lado, o cada vez maior enfeudamento ao imperialismo (liberalização(?) dos investimentos estrangeiros, acordo com o Mercado Comum, etc.) e por outro lado, a institucionalização pelo partido de Cunhal de toda uma série de mecanismos com o objectivo de travar, manipular e cortar as lutas populares, assim permitindo à burguesia, não apenas ganhar fôlego, mas também aumentar a expressão da classe operária e do povo.

INFLAÇÃO E LUTA DE CLASSES

A subida dos preços tem sido um dos assuntos mais debatidos nos últimos tempos. Os responsáveis pelas mais diversas instituições económicas têm discutido amplamente o processo que lhe está na base. Todos os relatórios dos bancos a ela fazem menção. Os legisladores tomam medidas ao seu nível, a última das quais é o congelamento dos preços/salários pela Junta. As teorias sobre o tema, compiladas ou não em livro, sucedem-se. Mas indiferentes a toda esta actividade febril, os preços não deixam de subir, a inflação não deixa de ser um fenómeno sempre presente do capitalismo.

Porque sucede tudo isto? Estaremos perante um fenómeno de características universais (como o fascismo nos pretendeu fazer crer), cuja complexidade o torna impenetrável para os leitores sem formação económica (no dizer insinuante do reformismo)? Ou é a posição de classe dos seus autores que em última análise, determina a lógica da sua construção?

Na nossa praça têm aparecido fundamentalmente dois tipos de explicações: a fascista e a reformista. Hoje elas aparecem-nos fundidas com face revisionista, o que é natural pois ambas sempre tiveram mais pontos comuns do que contraditórios. Movem-se no quadro do modo de produção capitalista, apostam no crescimento económico do país, com preservação das leis fundamentais do sistema, apresentam a inflação como uma «tara» do capitalismo, que é necessário combater, mas sempre revelaram uma clara impotência para o fazer. Daí o afirmar-se que a inflação é um fenómeno universal (contra leis universais...), daí o apresentar-se como complexo um fenómeno que não o é.

Qualquer burguês tem a pretensão de ver no mundo capitalista o universo inteiro. E, quando posto perante a possibilidade da sua transformação, olha-a como um segundo dilúvio. Para os economistas burgueses, a inflação é um autêntico ovo de Colombo: todas as tentativas para lhe fornecer uma explicação, através de sistemas complexos de relações de causa e efeito, resultam vãs, a lógica do funcionamento do modo de produção capitalista continua a ser intocável, pelo que ficam cegos face à sua instabilidade, vendo apenas a necessidade de restabelecer equilíbrios imaginários.

O presente artigo é a primeira parte de uma reflexão sobre a inflação e sobre a validade das explicações burguesas. Será numa segunda parte, a publicar no próximo número que nos ocuparemos de tais teorias burguesas. A consistência lógica dessas teorias não prenderá sobremaneira a nossa atenção pois não é nosso objectivo o servir de curandeiros do sistema. Apenas a compreensão das opções políticas que elas escondem podem ter alguma utilidade para as classes trabalhadoras, a quem a alta de preços afecta realmente.

A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

No capitalismo de concorrência onde a produção se apresentava fracamente concentrada, a lei impulsionadora da produção cristalizava-se no objectivo da maximização do lucro. Esta lei será válida no actual estágio do capitalismo monopolista, com a produção concentrada em larga escala e o domínio do capital financeiro? É evidente que sim. O movimento do capital para a autovalorização, ou seja para a acumulação incessante, constitui a única razão da sua existência. Esse movimento já criou os monopólios pela necessidade intrínseca da concentração da produção, fez o capital transpor as fronteiras dos mercados nacionais, arrastou-o para encarniçadas lutas contra os seus rivais, pela partilha do mundo em zonas de influência e engendrou as poderosas oligarquias financeiras que hoje dominam a produção no mundo capitalista.

A taxa de lucro continua a ser a verdadeira e única bússola para o capital, que fornece a chave para a compreensão de todos os seus movimentos.

O monopolismo e a sua dominância em geral no capitalismo dos nossos dias, não é um acidente do mesmo capitalismo mas a consequência necessária do desenvolvimento contraditório do mesmo, o resultado da evolução da tendência inerente ao capital para se concentrar. O monopolismo deve ser encarado como é: a característica essencial do estágio supremo e da putrefacção do capitalismo, isto é, do seu estágio imperialista.

Neste contexto a inflação com que tentam aqui e agora habituar-nos a «viver» está indissolivelmente ligada ao estágio actual do sistema e à sua crise última. A inflação é um dos resultados mais imediatos da existência da dominância dos monopólios e do poder destes sobre os preços. Hoje, perante a agonia do capitalismo, os monopólios aumentam os preços a fim de preservarem a sua taxa de lucro, apoiados, é claro, pelos Estados da burguesia.

PORQUE SOBEM OS PREÇOS?

Todas as mercadorias, num dado momento, têm um certo preço. E sabemos que os preços das diferentes mercadorias mantêm entre si certas relações de paridade que, embora podendo variar no tempo, são historicamente notórias: por exemplo, em geral 1 kg de pão tem um preço algumas vezes, menor que 1 kg de carne. Ainda sendo a inflação um fenómeno tão

sentido pelos trabalhadores, é do conhecimento geral que quando os capitalistas sobem os preços de certas mercadorias, as relações dos preços dessas mercadorias com todos os outros preços se alteram momentaneamente, e quase todos os outros preços tendem a seguir os aumentos inicialmente verificados, procurando assim os capitalistas, no mercado, restabelecer as antigas paridades de preços, a fim de restabelecerem a quota-parte de valor geral que julgam caber-lhes.

Os preços das mercadorias não são nada de arbitrário, eles têm algo de objectivo a determiná-los. A sua determinação tem lugar na produção, onde se cria o valor da mercadoria, sendo o preço apenas a expressão monetária do valor.

E o que vem a ser o valor de cada mercadoria? Nada mais do que a quantidade de trabalho socialmente necessária à sua produção. De facto, sendo o trabalho humano o único criador de riqueza, e estando as condições de produção determinadas em dado momento, a produção de uma mercadoria pode ser objectivamente feita num número x de horas de trabalho simples. O valor de uma mercadoria é assim igual à soma do **trabalho vivo** utilizado para a sua produção com o **trabalho morto** incorporado, ou seja a parte do valor transmitida ao produto pelo desgaste das máquinas e edifícios necessários à produção, bem como as matérias-primas e auxiliares produzidas em períodos de trabalho anteriores.

Os preços têm assim um suporte objectivo — o valor-trabalho. Porém nem sempre preço e valor de uma mercadoria têm de ser idênticos ou variarem no mesmo sentido. Sabemos que o preço tende a oscilar em torno do valor que representa, de acordo com as condições do mercado, sendo este concorrencial. Mas no capitalismo de hoje, a concorrência entre capitalistas de um mesmo ramo é muitas vezes limitada e os preços ficam sujeitos às maiores manipulações monopolistas. Assim, o que acontece é que não aumentando o valor das mercadorias — ou seja o trabalho socialmente necessário à sua produção — ou diminuindo até, através do efeito da produtividade, vemos os preços das mesmas aumentarem sempre.

Se, aumentando os preços, o valor permanece constante, então, por que motivo os preços sobem? É na resposta a esta pergunta que se encontra a explicação essencial da inflação. Em termos simples, podemos afirmar: **os preços sobem porque, subindo, permitem aos capitalistas a apropriação de uma maior parcela do valor socialmente criado.**

Quando a queda do lucro é a característica mais profunda da crise geral do capitalismo, a existência da inflação é uma forma concreta que a luta contra essa queda da taxa de lucro assume.

A INFLAÇÃO NÃO É APENAS UMA ALTA GERAL DE PREÇOS

Segundo a ciência económica, o valor criado na produção não pode aumentar com as etiquetas que lhe ponham na circulação. Ainda que o preço de todas as mercadorias aumentasse tudo ficaria na mesma e a inflação não constituiria um factor de agudização da luta de classes.

Mas, o que raramente é dito, há uma mercadoria que não vê o seu preço subir automaticamente: é ela a **força de trabalho**, a única mercadoria de que dispõem os produtores antes de a venderem, claro. Como qualquer outra, esta mercadoria também tem um preço que é o **salário**. Quando o preço das outras mercadorias sobe e o salário permanece constante isto não significa que houve um aumento no valor daquelas e uma queda no valor da força de trabalho.

Na realidade, o que é bem diferente, houve uma alteração na **distribuição do valor criado**; as mercadorias de preços rela-



tivos mais baixos cedem parte do seu valor às de preços relativos mais elevados. O salário perde em favor do capital.

Se dividirmos o total do valor criado em salários e mais-valia, ou tempo de trabalho não pago e considerarmos salários fixos, uma subida generalizada dos preços redundará no aumento da fracção do valor apropriada pelo capital, a mais-valia, e consequentemente na diminuição do valor que cabe à força de trabalho, os salários, pois que na divisão de uma grandeza constante em duas partes, se aumentarmos uma delas a outra há-de diminuir forçosamente.

É de salientar que são os preços de primeira necessidade — habitação, alimentação e vestuário, que mais sobem, precisamente por serem estes os bens contra os quais se vai trocar o salário, e quanto mais altos forem os seus preços menor será ainda a parcela de valor que reverte a favor dos assalariados. No entanto, abaixo de certo nível — o de subsistência, os salários não se podem manter por muito tempo, porque por um lado o operário não «rende», e por outro é um factor que contribui para a tomada de consciência de classe põe em perigo o capitalismo. Os salários acabam por subir nominalmente, mas persistindo as mesmas leis económicas os preços continuam a sua escalada.

Deste modo, para além de uma subida generalizada dos preços que é apenas a sua expressão, a inflação é um processo decorrente da síntese das contradições económicas da sociedade capitalista na sua fase monopolista, interligado dialecticamente com a dinâmica da luta de classes. Este processo só terminará com o desaparecimento das relações capitalistas de produção.

A BALANÇA DE PAGAMENTOS TECNOLÓGICOS

Uma das características do capitalismo actual é a importância crescente que a investigação desempenha no desenvolvimento das forças produtivas. Se é verdade que a revolução constante dos métodos de produção através de inovações tecnológicas é um fenómeno que se encontra estreitamente ligado à concorrência entre os capitalistas e que, portanto, acompanha o capitalismo desde o nascimento deste, não é menos verdade que actualmente se assiste a uma tendência marcada no sentido da integração da técnica e da ciência propriamente dita, tornando a investigação científica directamente dependente dos grupos económicos (1).

Ora, se bem que o trabalho científico se encontre assim crescentemente socializado — o trabalhador científico é cada vez menos o cientista que investiga isolado no seu laboratório e cada vez mais um trabalhador que sintetiza e desenvolve em colaboração com os restantes trabalhadores o património de experiência técnica que no fundo é o resultado do conjunto da sociedade —, não podemos esquecer que os resultados dessa mesma pesquisa científica são apropriados por capitalistas privados, que usam, portanto, as inovações e orientam essa pesquisa de acordo com os seus interesses particulares, os quais só ocasionalmente poderão coincidir com os da maioria da população. É assim que os grupos monopolistas retardam, por vezes durante anos, a aplicação prática de determinada invenção com o fim de preservarem os seus lucros (caso da lâmpada fluorescente, cujo fabrico, embora poupe electricidade em relação às lâmpadas normais, foi retardado durante mais de dez anos pela Westinghouse e pela General Electric). Do mesmo modo orientam as investigações para campos completamente inúteis do ponto de vista social, como seja a invenção de novos armamentos.

Torna-se assim perfeitamente claro que para os grupos financeiros o controlo da investigação científica não é senão um modo de controlar da forma mais completa possível a sua aplicação prática de acordo com o objectivo da maximização do lucro. Eles podem decidir como, quando

e onde determinada inovação será utilizada e conseguem estender o seu controlo às empresas que adquirem o direito de utilizar determinada tecnologia sob a forma de compra de patentes e brevets.

Ora acontece que a pesquisa científica se encontra extremamente concentrada nos países imperialistas, pois aí têm o seu centro os maiores grupos financeiros mundiais, únicos que pela sua dimensão e capacidade financeira pode conseguir rentabilizar plenamente a actividade dos seus trabalhadores científicos. Nasce então aqui uma forma de dominação sobre os países capitalistas menos desenvolvidos que nem por ser indirecta deixa de ser importante, pois os grupos financeiros dos países dominantes podem dessa

forma decidir em que país e de que modo se produzirá isto ou aquilo. O facto traduz-se numa perda de autonomia nacional dos países dominados e também, através do pagamento dos direitos de utilização de uma tecnologia (royalties), na extracção de uma renda retirada ao excedente nacional produzido pelos trabalhadores.

Sobre a dependência tecnológica do nosso país existe actualmente uma grande escassez de dados. No entanto, em Janeiro último, o Boletim Informativo da Junta de Investigação Científica e Tecnológica publicou a balança de pagamentos tecnológicos com o estrangeiro em 1972 cuja análise apresenta algum interesse:

Grupos de actividade económica	Verbas cobradas (em contos)	Verbas pagas (em contos)	Saldo (em contos)
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	—	—	—
Indústrias extractivas	—	259	— 250
Indústrias transformadoras	3 195	161 651	— 157 736
Construção e obras públicas	—	2 150	— 2 150
Electricidade, gás, água e saneamento	—	—	—
Comércio, bancos, seguros e imóveis	—	34 022	— 34 022
Transportes, armazenagem e comunicações	—	7 833	— 7 833
Serviços	2 805	5 997	— 3 192
TOTAL	6 720	211 903	— 205 183

Como se vê, a balança de pagamentos tecnológicos com o estrangeiro é altamente deficitária, pois a diferença entre as exportações e as importações de tecnologia apresenta um saldo negativo de mais de 205 mil contos. A grandeza desse deficit deve-se em grande parte, como seria de esperar, às verbas pagas ao estrangeiro pela indústria transformadora, as quais montam a 161 651 contos. Por outro lado, a exportação de tecnologias para o estrangeiro é praticamente desprezível, sendo a cobertura das importações pelas exportações pouco superior a 3 por cento.

Comparando o deficit da balança de pagamentos tecnológica portuguesa de 1972 (incluindo agora as transacções com as possessões africanas) com o deficit de 1970 fornecido pela mesma fonte, vemos que ele aumentou notavelmente nes-

tes dois anos, passando de 120 mil para 170 mil contos. Trata-se, portanto, de um deficit em rápida expansão, o que, embora não represente uma quantia excepcionalmente elevada, pesa já na balança de pagamentos (que inclui, além da balança de pagamentos tecnológicos, a balança de capitais e a balança de mercadorias).

Refira-se, por último, que a balança de pagamentos tecnológicos com as colónias é normalmente positiva, tendo apresentado em 1972 o saldo de 35 mil contos.

Seria também muito interessante dispor de uma indicação sobre a maneira como a importação de tecnologias se reparte por países vendedores, embora seja de esperar que os EE. UU. venham em destacado primeiro lugar.

(1) Entre outros exemplos que se poderia citar, refira-se que dos cientistas que receberam em 1973 o Prémio Nobel de Física um trabalhou na General Electric e outro na IBM.

POR UMA IMPRENSA LIVRE E POPULAR!

Um grupo de trabalhadores da informação tornou publico o seguinte documento, onde se denuncia o carácter burguês e anti-popular da "liberdade de informação" instaurada pelo 25 de Abril.

O controlo burguês da informação não foi destruído com a mera extinção da censura fascista. Pelo contrário, reforçou-se de forma considerável. Mantendo-se na posse dos mesmos capitalistas, cuja procura de lucro e de influência não teve quebra, os órgãos de informação apenas sofreram uma transformação de fachada. Uma pretensa liberdade e uma crítica demo-liberal ao regime deposto passaram, de um dia para o outro, a caracterizar os mesmos órgãos que, até à véspera, nunca haviam regateado o serviço do fascismo.

Ter-se-ão invertido os interesses dos exploradores que, na agonia do marcelismo, se apressaram a investir milhões na compra dos ditos órgãos? Os «saneamentos» visaram fascistas que, de tão queimados, já não conseguiriam enganar ninguém por mais tempo; mas chegou o saneamento aos accionistas e administradores dos bancos proprietários dos jornais? O fim da censura fascista resultou do fim da classe que dela se serviu durante meio século?

Que mudou então?

Mudaram, isso sim, processos de domínio que marcaram as formas terroristas de que o mesmo capital se socorreu através do regime fascista. Já incapaz de conter o ascenso da luta popular, aterrada com as vitórias dos povos das colónias na sua justa guerra de libertação nacional, a burguesia tenta evitar a derrocada total através da cartada democrática. Já que a P. I. D. E., a G. N. R., a Legião, a P. S. P., etc., não conseguiram travar a marcha imparável da classe operária e seus aliados, foi necessário recorrer aos prestimosos serviços do seu destacamento infiltrado no seio do povo, os revisionistas do P. «C.» P. de Barreirinhas Cunhal e demais falsos amigos do povo, que tentam boicotar o surto de greves desencadeado por todo o País. Antes do golpe militar, já a burguesia colonial-fascista a eles recorreu para tentar travar as massas populares e desviá-las dos seus verdadeiros fins — a conquista do poder político.

Depois do 25 de Abril, a mesma burguesia não desarmou, antes optou por um novo tipo de combate, mais subtil, na sua tentativa de salvar a exploração anteriormente realizada com o apoio do regime fascista, desta vez levada a cabo de forma «diferente», mais «liberal». Serviu-se, pois, da chamada «grande informação». Armas preciosas para a manutenção do domínio

do capitalismo sobre as classes laboriosas, os órgãos de Informação são um importante terreno de combate ao povo, e não poderiam deixar de ser entregues aos mais treinados agentes de traição que a burguesia tem ao seu serviço. Daí que, naqueles órgãos, se tenha consolidado a chefia revisionista onde já existia anteriormente (caso de alguns jornais diários). Daí que, aos organismos estatais até ao passado dia 25 de Abril ao serviço da propaganda do regime fascista (TV e Emissora Nacional, principalmente), tenha ocorrido, pressurosa, a canilha social-democrata e revisionista disposta a cumprir a missão de, no actual momento histórico, salvar o poder do Capital.

Não é, pois, de estranhar que o noticiário da «democrática» República só tenha feito breve e deturpada referência à luta dos trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia e às lutas populares em geral, reservando as suas «preciosas» páginas às discursatas do seu director colonialista e actual ministro da Informação. Tal como não deixa de ser «normal» o despedimento de um noticiário da Emissora Nacional, tendo como pretexto o facto de por ele ter sido convocada a solidariedade de todos os trabalhadores com os camaradas da Sociedade Nacional de Tipografia em luta contra a administração daquela empresa (cujo dono é o grupo financeiro B. I. P., do Sr. Jorge de Brito) proprietário do jornal «O Século» e das seguintes publicações: «Vida Mundial», «Cinéfilo», «Modas e Bordados» e «Século Ilustrado». Enquanto muitos elementos inequivocamente ligados ao fascismo continuavam e continuam a normal prestação de serviço à Emissora, sem qualquer inquérito destinado a averiguar responsabilidades, a depuração revisionista começou pela esquerda... porque é aí que os lacaios menores da burguesia, revisionistas e sociais-democratas vêm os seus inimigos principais.

Porque a liberdade de Imprensa só será verdadeira quando as reservas de papel, as tipografias, e as emissoras estiverem ao serviço do Povo que, de armas na mão, garantirá a utilização dos jornais, da rádio e da televisão no exclusivo serviço dos seus interesses. Antes dessa época, enquanto os jornais estiverem sob o contróle financeiro do B. I. P., do Borges & Irmão (proprietário do «Jornal do Comércio», «Comércio do

(Continua na pág. 36)



CULTURA NOVA

Um conto albanês

QUALQUER COISA BRANCA

A cidade estava triste. Naquele dia, em particular, parecia ainda mais sombria e inacessível. As ruas desertas e as casas com grandes janelas de postigos pesados, cuidadosamente fechados, reforçavam esta impressão. Nem um novelo de fumo por sobre as chaminés; tudo parecia morto.

«Hoje ninguém faz a lida da casa», pensou o homem, estendendo sobre as ardósias frias do telhado. Desde manhã, observava lá de cima a estrada branca, que passava ao pé da cidade, à espera de ver qualquer coisa. Mas ninguém chegava e a estrada tinha um ar ainda mais triste que a cidade.

O homem só tinha uma das mãos com a qual segurava o cachimbo. Quando o levava à boca, alisava um tufo de cabelos cinzentos que lhe caía para a testa.

Os combatentes tinham abandonado a cidade de manhazinha, e agora ela parecia mais deserta do que nunca.

Olhava para a estrada branca, que vinha do Sul, da Grécia, em direcção ao Norte, e esperava. Depois da capitulação da Itália, a cidade tornara-se livre durante sete dias. Na madrugada do oitavo, os combatentes partiram. O aeroporto, que ficava para lá da estrada, tinha sido abandonado. O nevoeiro deslocava-se lentamente sobre o aeroporto, enquanto não aparecia nada na estrada.

«Quem sabe como será o novo ocupante?», pensava, enquanto sacudia o cachimbo.

Ainda nada aparecera na estrada, quando ouviu ao longe um ruído surdo e profundo.

«Aí estão eles!», pensou.

O ruído tornou-se mais distinto. Estendeu-se de novo nas ardósias do telhado. Na curva mais próxima apareceu a primeira linha dos tanques alemães, negros e lentos.

«Ah, se eu tivesse binóculos!», exclamou, apesar de já ter visto no cinema como eram os tanques alemães, com a cruz gamada na couraça negra.

«Um, dois, três, quatro, cinco», começou a contar.

Apesar de a estrada ficar a boa distância, o barulho era cada vez mais forte. Pareceu-lhe que a terra tremia e que a cidade se tornava ainda mais inóspita e morta do que nunca. Os tanques avançavam lentamente, em fila indiana.

«Por onde irão eles entrar na cidade?», pensou. «De que lado vão entrar? Porque é que eles não viram? Talvez sigam para o Norte e deixem a nossa cidade para trás.»

Antes mesmo de chegar à velha ponte, o primeiro tanque parou, logo seguido de todos os outros. Notou, então, que voltavam a boca dos canhões para a cidade.

«O que é que eles vão fazer?»

Tinham parado, alinhados em fila indiana, ao longo da estrada, diante da cidade, negros e ameaçadores. A cidade, com os telhados de pedra branca erguendo-se a diversos níveis, parecia alta como o mundo, desolada e vazia como uma povoação pré-histórica onde a vida tivesse deixado de existir há séculos.

Os tanques apontaram os canhões para os bairros prematuramente mortos. O nevoeiro mantinha-se sobre o aeroporto militar para lá da estrada, onde os tanques pareciam corvos silenciosos e imóveis alinhados num fio telegráfico.

Mas aquilo não durou muito. De um dos canhões escapou-se uma fumarada branca acompanhada de um silvo que atravessou o ar. O maneta colou-se às lajes frias do telhado. O primeiro obus explodiu algures, atrás, nos bairros situados na parte alta da cidade. Depois, todos os canhões começaram a disparar e a cidade começou a tremer.

«Bárbaros», murmurou, começando a rastejar pelo telhado para atingir o sítio onde tinha posto a escada que lhe permitia descer para o pátio nas traseiras da casa. Desceu lentamente, com dificuldade. No pátio estava a velha mãe, que o chamava:

— Depressa, depressa!

Desceram ambos à cave iluminada por uma vela, cuja chama vacilava, de vez em quando, para alumiar uma paredes humildes e os rostos receosos de uma jovem e de uma criança.

— Mamã, tenho medo — dizia a criança pálida.

— Viste o papá? — perguntou-lhe a mulher.

— Os tanques estão a disparar da estrada — disse o maneta.

O silvo dos obuses era menos perceptível na cave, mas o chão tremia por todos os lados.

«Bárbaros», murmurou o inválido.

O rosto enristecido e tenso da velha parecia-se com um campo abandonado.

Os obuses começaram a explodir por todos os lados, e o estrondo era cada vez mais forte.

«Dir-se-ia que todos os tanques estão a disparar ao mesmo tempo», pensou ele.

— Mamã — disse a pequena, chorando —, e se matam o papá?

— Cala-te — murmurou a mulher. — Os combatentes estão lá longe, na montanha, os obuses não podem lá chegar.

A velha abanou a cabeça e murmurou qualquer coisa entre dentes.

Ele acendeu o cachimbo e pôs-se a fumar em silêncio, olhando o fumo branco que se elevava e desaparecia.

— O que é que eles querem? — perguntou a mulher em voz baixa. — Sabem perfeitamente que não há combatentes na cidade.

— Talvez não o saibam — disse a velha.

— Sabem que não há combatentes na cidade, mas são uns bárbaros — respondeu o maneta.

— Se calhar, querem-nos matar a todos. Oh, meu Deus! — murmurou a velha.

A pequena voltou a chorar.

— Cala-te — disse-lhe a mãe.

Os estrondos estavam cada vez mais perto, e a terra tremia, fazendo um ruído doloroso, como se estivessem a desmorná-la.

— Começaram pelo alto da cidade e agora disparam por ela abaixo.

— Meu Deus, querem-nos massacrar! — murmurou a velha.

— Mas o que é que eles pretendem? — voltou a perguntar a mulher.

— Querem que nos rendamos oficialmente — respondeu o maneta. — É o seu modo de actuar. Chamam-lhe guerra psicológica.

— É a crueldade como sistema!

— Estão a ver se a cidade pratica acto de submissão.

— Quem te disse isso, avó?

— Ouvi dizer. Querem que as pessoas saiam com uma bandeira branca.

Os estrondos aproximavam-se cada vez mais.

— Basta que uma pessoa se ponha com uma bandeira branca num telhado e o bombardeamento cessará.

— Qualquer coisa branca serve! — repetiu ele, no meio dos estrondos.

Calaram-se. A miúda aconchegava-se cada vez mais à mãe, à medida que as explosões se tornavam mais distintas.

— Parece que ainda ninguém saiu — disse a jovem.

— Mamã, nós não temos nenhuma bandeira branca? — perguntou a criança.

— Não!

— Então temos uma vermelha e negra?

— Sim, só vermelha e negra.

A menina fixou os olhos pensativos num canto em que as sombras se moviam, projectando-se nas paredes.

O estrondo continuava e a terra tremia até às entranhas.

— Com certeza que os bairros da parte alta da cidade já estão reduzidos a cinzas — disse a velha.

Ninguém respondeu.

O maneta fumava o cachimbo e olhava para o fumo que se escapava.

— Acha que eles vão destruir a cidade inteira? — perguntou a mulher.

— Se não nos rendermos, é o mais certo.

— Mamã, tenho medo! — disse a criança, agarrando-se ainda com mais força à mãe. As explosões estavam agora muito perto. A deslocação do ar fazia bruxulear a chama da vela. Cada vez que o ar era cortado por um silvo, a pequena apertava-se à mãe, os olhos dilatavam-se-lhe, tomados de terror, e o rosto empalidecia.

— Mamã, eles vão matar-nos!

Um soluço escapou à velha que tentou levantar-se, apoiando a mão trémula na parede húmida. Mas o maneta lançou-lhe um olhar feroz.

— Senta-te! — disse ele.

A velha retomou o lugar e pôs-se a chorar em silêncio.

Após cada explosão, a terra tremia mais fortemente. Pedacos de cal começaram a destacar-se da abóbada da cave. Qualquer coisa desabou mesmo ao pé deles. Ouviu-se uma explosão terrível, que parecia vir mesmo do limiar da porta. A vela apagou-se e ficaram mergulhados na escuridão.

— Mamã! — gritou a menina.

Ninguém se mexeu. Todos se calaram. A cave ficou silenciosa que nem um túmulo. E aquele silêncio obsessivo foi longo, mais longo do que eles pensavam. O maneta continuava a fumar o cachimbo. Passaram alguns minutos e não se ouviu qualquer outra explosão. Houve ainda alguns minutos de silêncio, e depois a velha acendeu a vela.

— Quem é que se atreveu a sair com um pano branco? — perguntou a mulher.

— Quem sabe... — respondeu o maneta.

— Mamã, o perigo passou? — perguntou a miúda.

— Não tenhas medo.

— Não chores, avó, já não há nada a recear — disse a menina.

— Vou ver o que se passa — anunciou o homem.

Subiu lentamente a escada de pedra da cave, encostando-se à parede, e saiu para o pátio interior da casa. A escada lá continuava. Trepou com dificuldade os degraus da escada, que rangiam ligeiramente. Atingiu o telhado e escondeu-se atrás da alta chaminé.

O céu estava cinzento e a primeira coisa que observou foram centenas de telhados de ardósia que pareciam balançar lentamente diante dos seus olhos. Os telhados assemelhavam-se a grandes páginas de papel branco e cinzento espalhados por alturas diferentes. Do lado da estrada ouvia-se o ruído dos motores. Os tanques alemães avançavam em direcção à cidade, negros e lentos, com os canhões apontados para a frente. Olhou para trás, para os bairros da parte alta da cidade, e viu algumas casas donde ainda saía fumo; mais ao longe havia ruínas.

«De que telhado se terá agitado a bandeira branca?», interrogou-se, olhando de novo os planos frios que as centenas de telhados formavam. Nem a sombra de uma pessoa em cima daqueles telhados. Alguém devia ter trepado em pleno bombardeamento e acenando com qualquer coisa branca, desaparecendo em seguida. E lá irá saber-se quem tinha agitado a bandeira branca!

«Em que telhado terá sido?», perguntava a si próprio o maneta, passando em revista os telhados de todas as casas, que lhe pareciam deformados.

A cidade estava triste e mais inclinada do que nunca. Tinha a impressão de que de um momento para o outro a cidade ia deslizar do flanco da montanha a que estava agarrada para se desmornar estrondosamente sobre o vale.

«Nunca ninguém saberá quem agitou a bandeira branca», pensou o maneta, furioso.

«Esse homem ergueu-se por cima da cidade como um fantasma e desapareceu. Quem seria o homem? Só os telhados e as frias chaminés conhecem o segredo».

Pensou que no dia seguinte os homens iriam reunir-se de novo nos cafés, fumando tranquilamente, e interrogar-se-iam: «Quem foi que ergueu o pano branco?» E todos pensariam nos capitulacionistas e nos espíões.

«Ninguém, ninguém o saberá, e durante muito tempo o mistério do pano branco obcecará os espíritos», pensou.

Acendeu o cachimbo e começou a fumar, de olhos semicerrados fixados ao longe.

Os tanques alemães faziam a sua entrada e parecia ao maneta que sobre a cidade, ao longo da encosta, se agitava, assustada, instável e perturbada, a imagem de qualquer coisa branca.

A CORRUPÇÃO REVISIONISTA NO CAMPO DO CINEMA

Foram estreados no passado mês de Janeiro em duas salas de exibição «tipo estúdio» de Lisboa dois filmes oriundos da U.R.S.S. versando o mesmo tema — a guerra.

Não é por acaso que, passados respectivamente 17 anos (**Quando Passam as Cegonhas**) e 15 anos (**A Balada do Soldado**) da realização destas duas obras, elas surgem em Portugal acompanhadas pelas trombetas da propaganda alicerçada nos êxitos obtidos em festivais burgueses, revisionistas ou não — Cannes, Praga, S. Francisco, Moscovo, etc...

Trata-se de mais uma peça do jogo da «abertura a Leste» movida na sequência da constatação pela classe dominante de que afinal as regras do jogo são as mesmas.

Antes destes dois filmes, outros tinham estado (**Djamilia, Guerra e Paz**, etc...); Yevtuchenko também já foi a Fátima (ainda no tempo da outra senhora) e dezasseite escritores russos já tinham abancado no Grémio Literário de José Tengarrinha, Soares Martinez e restantes gastrónomos. Ultimamente, esteve entre nós (leia-se: entre eles) o jornalista que as más-línguas dizem ser um agente especial do Kremlin, Victor Louis, cuja presença em Moçambique foi noticiada pela imprensa à data em que escrevemos.

Amália já lá esteve e diz-se que gostaram dela. Também as zonas siberianas do lago Baikal estão imortalizadas num dos textos mais saborosos que nos foi dado apreciar ultimamente, produzido por Urbano Tavares Rodrigues.

Do intercâmbio económico e da receptividade da burguesia portuguesa às relações com os novos czars do Kremlin já o **TM** tratou (ver n.º 101: **Rússia, Outubro e a Burguesia Portuguesa**).

Esta nova e mais intensa fase de intercâmbio cultural passa pelos resultados muito satisfatórios do conluio entre os agentes do social-imperialismo com aqueles a quem dizem opor-se dentro de Portugal.

A causa por que o povo se bate, a necessidade imperiosa de sacrificar tudo na guerra para evitar um mal muito maior, a submissão e a chacina às mãos do agres-

or, estão de todo ausentes. O essencial é a sobrevivência, a felicidade servil, mesmo que o inimigo traga a escravatura e o genocídio.

1 — Exagero tendencioso dos horrores da guerra

Na verdade, a guerra é monstruosa e exige sacrifício. Os sofrimentos causados pelas guerras que o povo tem de sustentar nada são, porém, comparados com a outra alternativa, a capitulação e a resignação face ao agressor. A guerra é a continuação da política e qualquer guerra tem uma natureza de classe definida, por isso é reaccionária a posição dos que a condenam em abstracto (!).

Exagerar e lamentar os sofrimentos que as guerras justas causam ao povo é uma tentativa de o desarmar e um convite nojento à capitulação. Pelo contrário, um filme progressista deve apontar a necessidade da guerra justa e glorificar o sacrifício que ela exige. Exemplo disso é o filme **Alexandre Nevsky**, de 1939, que, tendo por tema a invasão da Rússia pelos cavaleiros teutónicos, aponta ao povo o caminho da vitória sobre a agressão nazi, que se aproximava.

Mas nestes filmes a perspectiva é inversa: não são o inimigo e as suas atrocidades que são monstruosos, mas, pelo contrário, a participação na guerra popular, que é vista como uma tragédia.

Para os revisionistas, morrer pelo povo não é «dar à vida todo o seu significado», mas sim um sacrifício inútil.

Na primeira cena do filme **A Balada do Soldado**, a mãe de um soldado soviético morto na guerra aparece-nos vestida de negro, triste e acabrunhada, nada lhe interessando a causa por que o filho se bateu. O comentário é elucidativo: «**Quem vem a esta aldeia parte e chega por esta estrada. Há anos que ela vem aqui. Não! Ela não espera ninguém. Quem ela esperava, o seu filho Aliocha, não voltou da guerra. Ela sabe que ele não volta mais. Está enterrado longe da sua terra natal, perto de uma aldeia que não tem um nome russo.**

Na Primavera, estrangeiros colocam-lhe flores no túmulo. Chamam-lhe «Soldado russo, herói libertador». Mas para ela era simplesmente Aliocha, o seu filho, o menino de quem ela sabia tudo desde o nascimento até ao dia em que partiu para a frente por esta estrada.

Na cena final, de novo nos surge a mãe, inconsolável, enquanto se ouve o comentador: «**Eis o que nós queríamos contar-vos sobre o camarada Aliocha. Podia ter sido um bom pai e um magnífico cidadão. Podia ser hoje um operário, um engenheiro e um sábio. Podia ter feito crescer o trigo e ornar a terra de pomares. Mas só pode ser um soldado e assim ficará para sempre na nossa memória.**

No filme **Quando Passam as Cegonhas**, depois de um alerta, logo «por azar», Verónica vai encontrar a casa em chamas e dos pais nem as cinzas acha.

Pretende-se, assim, que o combate e o sacrifício por uma causa justa de nada valem e só deixam atrás de si o luto e as lágrimas das famílias (!).

O inimigo avança e não poupa ninguém mas, para os revisionistas, o fundamental é o «doce lar» distante ou a noiva abandonada.

Em vez de defender que os mortos sejam vingados, o revisionismo prefere, compreensivelmente, lamentá-los.

2 — O inimigo

O inimigo é apresentado como uma entidade abstracta, as chacinas que pratica e os seus propósitos expansionistas estão ausentes do filme.

(!) Já Kautsky dizia em 1914: «**Não há maior infelicidade do que a guerra para as nações em geral, para o proletariado em particular. Temos discutido a forma de prevenir-nos contra uma guerra maléfica e não a forma de saber que guerras eram úteis e que guerras eram nocivas.**» Frase esta retomada por Krustchev uns 50 anos depois: «**A guerra só pode trazer lágrimas, destruições e a negação da preciosa prosperidade criada pelo trabalho do homem.**

Apesar disso, mesmo de fuga, surge-nos invencível, poderoso, esmagador. E o caso da cena de **A Balada do Soldado** em que o soldado foge, diante de um tanque, que é filmado demoradamente e com todo o requinte, simbolizando a impotência do povo face ao inimigo. As vitórias do povo são apresentadas como actos de desespero de soldados em fuga, agindo não por heroísmo, mas para salvar a pele.

O exército e o povo estão desnordeados e tomados de pânico; omite-se, é claro, a direcção política e militar que levou o povo soviético à vitória contra o agressor nazi. Calunia-se a linha política da URSS, que há muito prepara (política e militarmente) a resistência à agressão iminente, de modo a que a superioridade em equipamento dos nazis se esboroasse contra a determinação do Povo russo.

Noutros filmes vai-se mais longe: o inimigo é embelezado, apresentado como um homem igual aos outros, que, coitado, também tem família, etc... É exemplo disso o primeiro filme do realizador de **A Balada do Soldado** — G. Tchoukhrai —, **O 41.º**, produzido em 1956 e passado em Portugal em 1969. Este filme, situado na guerra civil russa, apresenta-nos uma combatente do Exército Vermelho apaixonada por um oficial «branco»... Merece o seguinte comentário ao crítico Lauro António (D. L., 28-1-74): «O que há de novo nesta obra é a forma como se estabelece esse idílio entre uma vermelha e um «branco», convívio despojado de parti-pris desenvolvendo-se ao sabor de uma gran de liberdade de sentimentos e de acção, o que nos dizem impensável durante os anos anteriores». Este «convívio sem parti pris» é bem o reflexo dos idílios à escala mundial que então se iniciaram entre os dois imperialismos.

Nos «anos anteriores», apresentava-se o inimigo de modo diferente. Por isso é que a crítica revisionista, e não só, que apoia estes filmes e elogia a «humanização» do inimigo como «complexidade no tratamento das figuras humanas», não pode suportar um filme de mobilização para a guerra popular como **Alexandre Nevsky**, onde os cavaleiros teutónicos (os nazis) aparecem a lançar crianças à fogueira (simbolizando os seus projectos criminosos), acabando com o aniquilamento do exército invasor e com o linchamento dos traidores (que cenas de mau-gosto, dirão eles).

Subjacente ao tratamento do inimigo na arte revisionista, surge-nos, no lugar de uma análise de classes, a teoria reaccionária da «natureza humana», onde se igualizam amigos e inimigos, mesmo que tragam na albeira, como era o caso, uns inocentes planos de genocídio do Povo

russo para o substituir por colonos arianos. (Vejam-se os documentos revelados em Nuremberga, que previam a criação na Ucrânia de uma colónia alemã denominada «Nova Germânia»).

Na luta contra os nazis, o pacifismo cobardola dos novos czares é ultrapassado à esquerda pelos filmes dos burgueses do lado de cá, em que **yankees** e, sobretudo, gaullistas nos aparecem a fazer boa figura na luta pela sua «liberdade» contra o fascismo: fitas como **Paris Já Está a Arder?**, **O Dia Mais Longo**, etc....

3 — Calúnia do heroísmo revolucionário

Tanto o Povo como o Exército soviéticos são apresentados como uma massa despolitizada, desmoralizada, sem saber por que se bate, procurando a todo o custo a salvação individual.

Não há nos filmes qualquer referência à agressão nazi; a sorte da luta, a perspectiva de destruição do Estado dos trabalhadores e a sua escravização subsequente são totalmente indiferentes às personagens dos dois filmes. Por isso a participação no combate para repelir o invasor e preservar o socialismo é vista como uma desgraça ou um frete que nada têm a ver com o Povo soviético.

Em **Quando Passam as Cegonhas**, quando Andrei anuncia que vai partir para a frente, o pai censura-o: «Já tens 25 anos, é idade de tomares juízo». Mais tarde, o pai de Andrei discursará inflamadamente a um soldado ferido que quer suicidar-se, quando o espectador já sabe, no anterior repúdio injurioso à saudação do comité de fábrica, que tal não passa de mero dever de ofício.

Na cena final de **A Balada do Soldado**, Aliocha pede perdão à mãe por ter de voltar para a frente.

O heroísmo revolucionário é ridicularizado: o soldado Aliocha destrói dois tanques inimigos, mas logo afirma que o faz por medo. Ao ser-lhe atribuída uma condecoração, recusa-a em troca de um dia de licença para ir a casa consertar o telhado. Para os revisionistas, a guerra, o heroísmo, as condecorações, nada têm a ver com o povo. Acima do socialismo está a casa a consertar, a felicidade individual como valor supremo — é por isso que os homens procuram pretextos para fugir à guerra (caso do pianista das **Cegonhas** e do próprio soldado Aliocha). A cobardia é encarada com toda a compreensão (por exemplo, a cena em que um soldado mais velho aconselha Aliocha a abandonar o telefone e a escapar-se quanto antes).

O Exército Vermelho é apresentado como um bando de burgueses que não combatem por qualquer ideal, podendo

textos marginais

K. S. Karol
Herman Schreiber

viver
em moscovo
viver
em nova iorque

Distri. DINALIVRO
TR. Convento de Jesus. 15 R/C LISBOA 2

CINE CLUBE UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Incluídos no ciclo "A EXPLORAÇÃO NO CINEMA" serão projectados próximamente os seguintes filmes:

15/6 — O MUNDO DO VÍCIO
de JEAN RENOIR

22/6 — FÚRIA DE VIVER
de NICHOLAS RAY

29/6 — EM NOME DO POVO ITALIANO
de DINO RISI

13/6 — VIVER A SUA VIDA
de JEAN LUC GODARD

Sessões às 18,30 no cinema Paris

perfeitamente fazer parte do exército nazi. É descrito como submetido a uma disciplina burguesa, dividido por contradições entre oficiais e soldados (por exemplo, o pavor que a sentinela tem do oficial, a quem chama «fera»).

A corrupção e o suborno estão instalados no seio do exército (Aliocha viaja num comboio militar, subornando a sentinela com uma lata de carne), tal como no seio do Povo, como as Cegonhas pretendem dar ideia ao mostrar-nos «descomplexadamente» as casas de jogo e etc. que a guerra por lá teria feito proliferar, e o representante do Partido, que, debochadamente, não hesita em requisitar uma ambulância para levar a passear uma prostituta.

O Exército não se identifica com o Povo. É exemplo disso a cena em que a sentinela ameaça de fuzilamento a gente que se aproxima do comboio.

4 — Apologia da felicidade burguesa individual

Depreende-se destes filmes (e é disso expressão bem descarada o discurso final de *Quando Passam as Cegonhas*, onde o herói de guerra limpa o suor da testa porque «este pesadelo acabou, 20 milhões de mortos, um flagelo para o nosso povo, agora é que vai ser bom, vamos poder casar sem perigo de que as nossas mulheres nos traíam, ter muitos filhinhos») que o valor supremo que o povo soviético (segundo eles) prezaria era aquela felicidadezinha individual, do dia-a-dia. Felicidade essa concretizada num tipo de vida pequeno-burguês que as *Cegonhas* bem documentam. Por isso Andrei, ao morrer, se imagina de fraque ao lado de Verónica, encoberta pelo véu de noiva. A guerra constitui um obstáculo para a ventura máxima — o amor. Por isso, Verónica, afogada em angústias existenciais, suplica à professora que lhe responda qual é o sentido da vida.

É dos conflitos gerados entre o amor e a guerra que surgem estes filmes, que metem num chinelo qualquer dramalhão romântico de marejar os olhos das plateias burguesas.

Essa concepção reaccionária do amor explica também o tratamento de que é alvo a mulher russa. Piegas, fútil, inconsciente (Verónica e Choura — as ingénuas do *star system* moscovita, protagonistas do erotismo primário tão apreciado pelos revisionistas), ela revela-se incapaz de compreender, apoiar e muito menos participar no combate à agressão de que a sua Pátria socialista é alvo. Pelo contrário, significativamente, ambos os filmes

nos apresentam como compreensíveis e até desculpáveis mulheres que, devido à continuação da guerra, fraquejam, atraindo os maridos (autêntica calúnia às combatentes soviéticas). É exactamente a concepção oposta à expressa no *Alexandre Nevsky*, onde a mulher luta ao lado do homem e o impele ao combate.

Retrógrada e recuada, a mulher dos filmes revisionistas não passa de um simples apêndice do homem (em *Quando Passam as Cegonhas*, o médico chega a lamentar que a filha não pertença ao sexo masculino).

Evidentemente que esta divergência entre dois tipos de mulher não surge por acaso. Os revisionistas soviéticos, também neste campo, são socialistas só em palavras. Em relativamente recentes revistas russas, é muito divulgada a ideia de que a mulher, dado o actual estágio das forças produtivas na U.R.S.S., não precisa de trabalhar fora de casa — o que, claro, não passa da máscara da velha concepção burguesa e mais não pretende do que afastar a mulher da produção social.

5 — Conclusão

Estes filmes, sob a capa de um humanitarismo burguês, de apologia da Paz e de um amor desinteressados e acima das classes (como convém), verdadeiro «hino à bondade humana», correspondem às necessidades da política social-imperialista traçada depois do XX Congresso do P. C. da U. R. S. S., que lançou as bases da restauração do capitalismo naquele país.

Os próprios revisionistas reconhecem que «A orientação ideológica definida pelo XX Congresso promove uma abertura de horizontes, permitindo a chegada de muitos jovens que aguardavam o seu primeiro filme». Depois de restaurarem o capitalismo e partilharem o mundo com os seus inimigos de ontem, eram necessárias uma literatura e uma arte que secundassem os novos czares na difusão da ideologia burguesa, na negação da ditadura do proletariado, caluniando ao máximo o socialismo e muito particularmente quem o simbolizava — José Estaline.

Por isso, de acordo com os revisionistas, «a sua morte marca para o cinema soviético o começo de uma nova era» (2).

Para isso, os novos czares vão dar luz verde a toda uma seita de degenerados «à espera da sua hora». Também eles se achavam com direito ao seu automóvel e às casas de campo que os seus patrões tanto apreciam: Simonov, Ehrenburg e Chokolov (que a burguesia premiou em troca dos seus elogios à «coexistência

pacífica» de Krustchev) vão ensaiar na literatura um esquema aqui transposto para o cinema. Surgem-nos então muito empenhados na apologia da Paz. Claro que essa «Paz», assente no conluio com os imperialistas americanos, passava pelo desarmamento das lutas pela liberdade e independência, doravante loucuras que punham o globo à beira do cataclismo nuclear. Segundo Krustchev, «a O.N.U. até ia pôr fim ao colonialismo».

A segunda guerra mundial não podia assim escapar à revisão dos novos czares. A importância que a vitória teve para a U.R.S.S. e para o mundo é escamoteada. Em vez disso, os artistas revisionistas apresentam-nos como heróis um punhado de pequeno-burgueses cobardes, não se cansando de pôr em relevo as perdas do Povo soviético. Fingindo homenagear os soldados soviéticos, apelam para a comoção lacrimojante das plateias a favor daqueles coitadinhos (rapazinho órfão de pai, de bom coração, que mal sabia o que era a guerra...). Tudo isto para aviar o recado que os seus patrões lhes ensinaram: isto das guerras são intransigências do passado, o papá social-imperialista já fez um acordo com o inimigo, que não é tão mau como o pintavam. Isso de guerras é sempre uma desgraça (coitadinho é de quem lá fica), por isso vamos todos concorrer pacificamente com os americanos.

Como a guerra nasceu com a divisão da sociedade em classes e só com ela terminará, os povos do Mundo mostraram que prezavam mais alguma coisa do que a felicidadezinha que os novos czares lhes queriam impingir. Até porque só há um meio de abolir a guerra...

Hoje, em Portugal, este filme tem o seu sabor a ridículo, só servindo para fazer as delícias de uma plateia apreciadora de filmes choramingas. Os tempos são outros, apesar das jornadas festivaíreas lá por Berlim e do Congresso da Opinião Pública para a Paz, que levou a Bruxelas alguns renomados intelectuais.

Isto de paz anda um pouco desacreditado; se não, vejamos lá os créditos da palavra de ordem dos revisionistas portugueses quanto à guerra colonial imperialista.

(2) Estes filmes são tão requintadamente burgueses que o *Notícias da Amadora* se vê na obrigação de dizer: «Arriscaremos pela caracterização do filme de Kalatazov como presa de um anti-estalinismo imediatista, isto é, como fruto de um vigor apressado no rompimento com fórmulas de «viver político» consideradas, em dada altura, como inadequadas a um desenvolvimento harmonioso da comunidade socialista».

TESES SOBRE CINECLUBISMO

As 14 teses do Cineclube Universitário de Lisboa são aqui publicadas na íntegra após terem aparecido pela primeira vez no n.º 102 do TM seriamente mutiladas pela censura fascista.

TESE 1: Numa sociedade dividida em classes toda a arte reflecte a visão do mundo e das coisas de uma dada classe e tem como objectivo a defesa dos seus interesses.

TESE 2: O cinema, como forma de manifestação artística, reflecte sempre uma dada visão de classe.

TESE 3: Os cine-clubes:

- a) pela escolha dos filmes difundidos;
- b) pela perspectiva com que os encaram;
- c) pelo trabalho cultural que desenvolvem,

reflectem sempre uma ideologia de classe, progressista ou não.

TESE 4: Até agora, e a um nível geral, a linha vigente no movimento cine-clubista português foi uma linha reformista pequeno-burguesa.

TESE 5: Esta linha tem inúmeras variantes, mas pode caracterizar-se genericamente por:

a) considerar na sua actividade prática, embora por vezes afirme formalmente o contrário, o cinema como algo acima das classes, arte em si, que importa estudar na sua expressão estética e divulgar nas suas formas mais elaboradas. Esta característica é patente na sua forma pura na afirmação de que os cine-clubes são «centros de reunião de amantes do cinema» e na sua forma disfarçada, por exemplo, no reclamar contra o preço dos bilhetes pois «afectam o fenómeno cinematográfico, tornando-o cada vez menos democrático, na medida em que fortalece a selecção das camadas sociais que têm acesso à fruição do cinema cultural», ou na indignação suscitada pela exploração antidemocrática (sic) na qual «avulta a substituição de salas de preços acessíveis às massas trabalhadoras por outras luxuosas». A forma elaborada desta linha caracteriza-se pois, por formalmente concordar que o cinema é uma manifestação de classe, mas na prática continuar com a mesma actualização que tem subjacente a tese do cinema neutral, o que é patente sempre que analisam qualquer problema concreto.

b) ter uma programação que se debruça preferentemente sobre as cinematografias europeias, sobre os filmes vinculando uma visão do mundo pequeno-burguesa, acompanhados por um trabalho cultural que consiste geralmente na mera reprodução de artigos estrangeiros, virados para o filme em si e demitindo-se de realizar a sua ligação à realidade mais geral. Também neste campo existem inúmeras variantes de acordo com as expressões mais ou menos elaboradas desta linha.

c) corresponder aos anseios culturais das camadas intelectuais da pequena burguesia urbana que no circuito comercial normal não encontravam com a necessária frequência o tipo de filmes adaptados às suas necessidades.

TESE 6: Nos últimos tempos esta concepção do cine-clubismo entrou aberta e declaradamente em crise.

TESE 7: Para esta crise contribui:

a) a recuperação processada a nível internacional por parte dos monopólios americanos de certas filmografias europeias que tinham aparecido originalmente em oposição a estes.

b) a crescente monopolização da distribuição e exibição do filme em Portugal e a conseqüente exigência de uma exploração mais racional e lucrativa.

c) o reconhecimento da rentabilidade da passagem no circuito comercial do «cinema de qualidade», o que se traduz no aparecimento quer de cinemas tipo estúdio quer de sessões

clássicas, cujo público aliás tinha sido em grande parte formado pelos cine-clubes.

d) o abrandamento da censura, ligada aquele reconhecimento, e confirmando a aceitação de uma temática fílmica tornada inofensiva.

TESE 8: Na raiz desta crise está a incapacidade natural de uma linha politicamente reformista em superar o novo condicionalismo.

TESE 9: O cine-clubismo reformista procura resolver a crise levando para as massas populares a antiga linha de actuação pequeno-burguesa vestida com novas roupagens, numa tentativa condenada à partida.

TESE 10: A solução para a crise desta concepção do cine-clubismo só poderá consistir na superação crítica desta linha e na vitória duma linha cine-clubista popular e anti-reformista.

TESE 11: O enraizamento e a definição em termos claros e pormenorizados desta última está dependente do crescimento mais geral do movimento popular e é inseparável das vitórias e derrotas mais gerais das massas populares no caminho para a edificação do seu poder e da sua cultura.

TESE 12: Nesse movimento mais geral os cine-clubes podem ter um importante papel na frente cultural ajudando a edificar e a difundir uma cultura verdadeiramente popular que terá de ser necessariamente criação colectiva de centenas de milhares de trabalhadores.

TESE 13: Para a realização dessa tarefa, e nas actuais condições devem os cineclubes:

a) deixar de estar exclusivamente virados para aquele estrato de classe que a sua actual linha está adaptada (camadas intelectualizadas da pequena burguesia urbana), e procurar virar-se fundamentalmente para as grandes massas do povo português aprendendo com elas.

b) aproveitar aquele que é o único cinema actualmente difundido em Portugal, o cinema burguês não no sentido, como até aqui, de através da difusão das suas expressões mais elaboradas — o chamado «cinema de qualidade» — defender uma ideologia pequeno-burguesa, mas sim acompanhado da realização de um trabalho cultural destinado a fornecer às massas uma visão crítica e progressista e permitir o desabrochar da sua cultura.

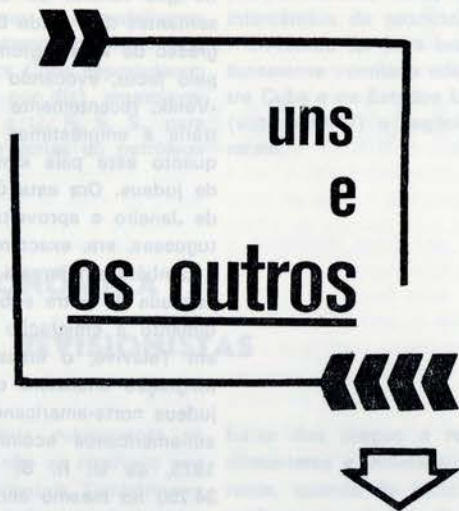
c) virar o trabalho cultural a realizar não para a difusão deste realizador ou daquela escola ou para o campo meramente cinematográfico, mas sim para a ligação da arte e da cultura com as realidades sociais mais gerais para a apreciação crítica e progressista desta realidade no sentido da sua transformação histórica.

d) apoiar e ajudar a desenvolver todas as manifestações concretas da arte e da cultura populares incentivando-as onde elas sejam inexistentes.

TESE 14: A solução para a crise da linha reformista não consiste em tentar curá-la com mezinhas mas sim em apressar a sua agonia, enterrá-la bem fundo e edificar sobre as suas ruínas uma nova linha cine-clubista popular e anti-reformista.

«A arte é uma roda, um parafuso, na grande máquina da revolução.»

V. I. LENINE



uns
e
os outros

NACIONAL

"POR FAVOR NÃO ATAQUEM A BURGUESIA"

O surto de greves que desde finais de 1973 engrossa a olhos vistos amedronta a burguesia. Galgando a densa cortina de fumo liberal e revisionista que foi o 25 de Abril, o espectro do que é a verdadeira força da classe operária e seus aliados em luta ensombrece os rostos de todos os burgueses e murcha-lhes o cravo da lapela.

Parecendo mentira, os mais assustados e comprometidos de todos são os revisionistas do Partido «Comunista» Português. Que será que os faz soprar (eles, ditos comunistas) contra os ventos da história? Que será que os coloca objectivamente contra os trabalhadores em greve?

Lenine, grande dirigente da classe operária e da Rússia Soviética teve que lutar duramente contra o revisionismo considerando-o «uma das principais manifestações, senão mesmo a principal manifestação da influência da burguesia sobre o proletariado e da corrupção dos proletários pela burguesia».

Minar a fortaleza do proletariado induzindo neste ilusões pacifistas e colaboracionistas tendentes a suavizar a luta de

classes que sempre existirá enquanto a sociedade estiver dividida em exploradores e explorados; fazendo-se passar por verdadeiro defensor do proletariado e pelas costas apunhalando os seus interesses; eis alguns traços do revisionismo sendo o mais típico — segundo Lenine — «o acomodamento à atmosfera do momento, a falta de perspectivas em política e a falta de carácter. (...) Um pequeno aumento da actividade industrial, um desanuviamento relativo do comércio, um ligeiro sopro de vida do liberalismo burguês, e eis o revisionista a exclamar: Não ataquem a burguesia, pondo de lado as «frases» sobre a revolução social». Colocados entre as promessas feitas à burguesia de manutenção da «paz social» através da contenção que julgavam possível da classe operária e demais trabalhadores em troca de lugares nos ministérios, e o real manguito que os trabalhadores lhes fazem indo decididamente para a greve, que podem fazer os revisionistas portugueses senão gritar histericamente na rádio, na televisão, nos jornais (Avante incluído), nos comícios: «não ataquem a burguesia!» E neste apelo comum se identificam todos os interessados na liberdade e na democracia, assentes na exploração desenfreada das massas trabalhadoras as quais, segundo eles, porque lutam contra os magros salários e as mi-

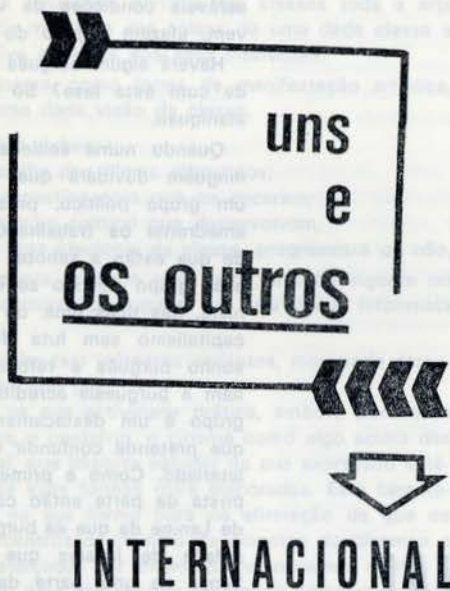
seráveis condições de vida em que vivem, «fazem o jogo do fascismo».

Haverá algum burguês que não concorde com esta tese? Só se for louco ou maniqueu.

Quando numa sociedade capitalista, e ninguém duvidará que Portugal o seja, um grupo político, pressiona, calunia e amedronta os trabalhadores acusando-os de que estão a sabotar a produção e se esse grupo político se intitula de comunista, das duas uma: ou é possível haver capitalismo sem luta de classes, velho sonho burguês e reformista em que já nem a burguesia acredita; ou então esse grupo é um destacamento da burguesia que pretende confundir e enganar o proletariado. Como a primeira hipótese está posta de parte então confirma-se a tese de Lenine de que «a burguesia tem necessidade de laiaos que tenham a confiança de uma parte da classe operária, e que apresentem a burguesia com um belo aspecto por propostas sobre as possibilidades da via reformista, que atirariam assim poeira aos olhos do povo, que desviariam o povo da revolução impingindo-lhes com belos quadros os encantos e as possibilidades da via reformista». É esta a função do P.«C».P. disfarçada enganosamente numa unidade de todos os portugueses contra o fascismo e o esquerdismo. Contra esta falsa unidade, que procura mascarar, esconder e caluniar as posições proletárias, Lenine não hesitou: «Contra os socialtraidores, contra o reformismo e o oportunismo? Esta linha, deve ser seguida em todos os terrenos de luta, sem excepção. Assim conquistaremos a massa operária. E com a massa operária, a vanguarda do proletariado, o partido político marxista centralizado, conduzirá o povo na via justa, para a ditadura vitoriosa do proletariado, para a democracia proletária, que substituirá a democracia burguesa, para a República dos Sovietes, para o regime socialista».

Terá Barreirinhas Cunhal lido isto alguma vez? Cremos que sim. Daí o seu pânico, daí que grite histerico e demagógico: não ataquem a burguesia, não façam o jogo do fascismo! Mas quem vai neste palavreado anti-popular? As massas populares certamente que não. Já o provaram e provam-no cada vez mais. O revisionismo já vai nú, esta a primeira grande lição após o 25 de Abril.

As 14 teses do Cineclubes Universitário de Lisboa são aqui publicadas em íntegra após terem aparecido pela primeira vez no n.º 102 do T.M. seriamente mortificadas pela censura fascista.



PARCEIROS IMPORTANTES OU OS NEGÓCIOS NO COMANDO

«Os países da Europa ocidental são parceiros importantes da U. R. S. S., visto que com eles se fazem 16 por cento do comércio externo da U. R. S. S. e 70 por cento das suas trocas com os Estados capitalistas» — afirmava o ministro do Comércio Externo do Kremlin, Nikolai Patolitchev, em artigo publicado na Pravda em 28 de Dezembro último. E acrescentava que, «nos últimos anos, as relações comerciais da U. R. S. S. com as nações da Europa ocidental entraram numa nova fase, caracterizada por uma cooperação a longo prazo, mutuamente vantajosa, e por acordos directos entre as firmas soviéticas e europeias».

O ministro explicava que a U. R. S. S. tem vantagens nesse comércio, que lhe permite «utilizar os seus recursos de maneira mais completa e mais racional, nomeadamente importando os produtos que ficariam mais caros se fossem fabricados na U. R. S. S.». A racionalidade da economia socialista e a correcta aplicação do princípio de contar com as próprias forças...

Neste caso, aliás, os números falam — e os alibis dos políticos só vêm depois. Nos últimos dias de Janeiro, anunciava-se que as exportações dos países da N. A. T. O. para os de Leste tinham tido, em 1972, um progresso recorde de 35 por cento, elevando-se a 8600 milhões de dólares. (Quanto à U. R. S. S., o acréscimo fora de 53 por cento). Em contrapartida, a importação de produtos de Leste pela área da NATO desenvolvera-se uns 20 por cento.

Por outro lado, estas «cooperações a longo prazo» não excluem (até implicam, ou fossem letra morta as boas normas da concorrência capitalista) que os capitalistas ocidentais regateiem com os capitalistas «soviéticos» os tostões respectivos, quando entre si mercadejam os bens privados de cá e as riquezas «socializadas» de lá. Assim, estando o Kremlin a negociar com o Export-Import Bank de Nova Iorque um empréstimo de 49 milhões de dólares que este se propõe fazer à U. R. S. S. para o desenvolvimento conjunto, pelos dois países, dos jazigos

de gás natural da Sibéria, cinco representantes do Partido Democrático no Congresso de Washington advertiram o banco pelo facto, evocando a emenda Jackson-Vanik, recentemente ali aprovada e contrária a empréstimos à U. R. S. S. enquanto este país «impedir» a emigração de judeus. Ora esta última notícia, de 14 de Janeiro e aproveitada por jornais portugueses, era, exactamente no mesmo dia e também em jornais portugueses, acompanhada de outra sobre o referido «impedimento à emigração de judeus russos»: em Telavive, o insuspeito Ministério da Imigração anunciara que, contra os 4600 judeus norte-americanos e os 4350 judeus sul-americanos acolhidos por Isreal em 1973, da U. R. S. S. tinham vindo... 34 750 no mesmo ano!

Há trinta anos, os judeus faziam fumegar os fornos crematórios; hoje, oh propaganda sionista e truques das grandes famílias!, servem para outra cortina de fumo nos negócios entre «parceiros importantes»...

Mas o capital financeiro tem razões que a razão dos demagogos desconhece: o referido empréstimo do Export-Import de Nova Iorque era anunciado como concedido logo a 19 de Janeiro; e à parte indicada do empréstimo a cargo daquele banco governamental juntava-se outro tanto de bancos particulares norte-americanos, ambas as parcelas somando 77,5 milhões de dólares.

Com efeito, não é por baixo preço que os dois capitalismo se conluiam para explorar a riqueza do povo que há 57 anos assaltou o Palácio de Inverno. Só desde o recente acordo financeiro de Moscovo para a compra de material industrial americano, os créditos dos Estados Unidos abertos à U. R. S. S. já se elevaram a 635 milhões de dólares. Isto sem contar com os 750 milhões de crédito aberto em 1972 à U. R. S. S. para compra de trigo americano.

Mas não só americanos lá cabem. Também no mesmo fim de Janeiro o Barclay's Bank International, de Londres, anunciava ser a primeira instituição bancária inglesa a obter autorização do governo russo para abrir uma agência em Moscovo, iniciando assim a sua actividade directa na U. R. S. S.

E, ainda a propósito de negócios, citemos os do social-imperialismo na América Latina através de duas notícias recentes. Também ao mesmo tempo que Brezhnev ia a Havana receber a confirmação do preito de vassalagem dos revisionistas cubanos (com a inevitável referência do fiel Fidel às «críticas anti-soviéticas que só servem os interesses do imperialismo») e à sua própria «eterna gratidão» aos novos czares que para Cuba esportularam 2 milhões de dólares por dia), anunciava-se em Brasília que a U. R. S. S., para minorar os efeitos da «crise do petróleo»

sobre o Brasil, acabava de firmar com este país um contrato para o fornecimento de um milhão de toneladas de óleo diesel. E igualmente se anunciava o termo das conversações entre Moscovo e Buenos Aires para a celebração de outro acordo, este para colaboração russa em projectos hidro-eléctricos, obras de infra-estrutura e intercâmbio de produtos industriais.

Devemos ter para breve o já tão oportunamente ventilado «desanuiamento» entre Cuba e os Estados Unidos, que política (esta política) e negócios nunca se ignoraram.

da terra e do gado é propriedade privada, os «Koulaks» têm nas suas mãos o mercado dos produtos daí derivados. Também na Hungria o mercado privado se anima de dia para dia e na Bulgária já é autorizada a venda da terra.

Entretanto o desemprego alastra, sendo disfarçado pela emigração de milhares de trabalhadores, flagelo que atinge sobretudo os povos da Bulgária, da Polónia e da Hungria.

As consequências destas crises pesam principalmente nos trabalhadores e agrava ainda mais as contradições entre a nova burguesia revisionista e as massas trabalhadoras.

A CRISE ECONÓMICA

NOS PAÍSES REVISIONISTAS

Ao contrário do que vulgarmente se pensa a crise actual não se restringe aos países capitalistas ocidentais. Também nos países revisionistas grassam o desemprego e a alta contínua dos preços e do custo de vida. Todos esses fenómenos, aliás confessados pelas estatísticas e pela imprensa desses países, nos ajudam sem dúvida a compreender a natureza das sociedades onde os revisionistas detêm o poder.

Ao explorar a sua posição de metrópole imperialista, a União Soviética infui grandemente sobre a multiplicação das dificuldades dos restantes países do COMECON submetidos à sua dominação, dado que para aligeirar o peso da sua própria crise e das suas próprias dificuldades, Moscovo procura safar-se à custa dos seus satélites.

Na União Soviética os ritmos de acréscimo da produção industrial baixaram três vezes durante os anos 1964-1972 em relação aos oito anos precedentes, quer dizer, durante os anos 1953-1961. No decurso do último ano registou-se uma baixa sensível nos ritmos de crescimento do rendimento nacional, enquanto que a produção agrícola se situou muito abaixo do nível dos anos anteriores.

Os outros países revisionistas sofrem igualmente das mesmas chagas do que a metrópole.

A alta contínua dos preços tornou-se moeda corrente e aumenta a exploração das massas trabalhadoras canalizando uma mais-valia crescente para os bolsos das burguesias de Estado que aí detêm o poder. Nas directivas do 23.º Congresso, a direcção revisionista soviética prometia a

baixa dos preços a retalho dos artigos alimentares e industriais de consumo corrente, quando de facto o que houve de então para cá foi diversas subidas de preços (como em Outubro de 1966, em Janeiro e em Julho de 1967 e ainda outras altas posteriores). Os preços de numerosos artigos são hoje mais altos de 20 a 100 % em relação aos preços da época em que foram feitas as ditas promessas. Na Bulgária, durante os últimos dez anos, os preços do pão, da carne, do queijo, dos legumes e numerosos outros artigos aumentaram entre 50 a 150 %. Ainda há pouco tempo, na Hungria, a manteiga, o queijo e outros artigos foram aumentados de 20 a 50 %. E isto são os aumentos oficiais! Porém as elevações de preços feitas directamente pelas empresas são muito maiores. Com a descentralização da economia as empresas têm o direito de fixar elas próprias os preços de muitos dos seus produtos. O jornal «Pravda» escrevia a 3 de Março de 1973 que na União Soviética «há empresas que realizam grandes lucros em virtude da elevação dos preços e da produção dos artigos que são procurados». O jornal «Rude Pravo» escrevia por seu turno sobre a Checoslováquia: «as empresas aumentam os seus preços para aumentarem as receitas. Elas lucram grandes somas porque os preços não são fixados justamente».

Em todos os países, de resto, o comércio privado e a especulação encontram um terreno favorável. Na União Soviética a maior parte dos legumes, ovos, queijo, cerca de 40 % da carne e do leite, caíram nas mãos de negociantes e capitalistas privados. Na Polónia, onde a maior parte

NOVO ACORDO COMERCIAL EUA - URSS

Os Estados Unidos e a União Soviética firmarão um novo acordo comercial por dez anos, coincidindo com a visita de Nixon a Moscovo.

A decisão foi anunciada conjuntamente em Washington pelo ministro do Tesouro dos Estados Unidos, William Simon, e pelo ministro interino do Comércio Externo da União Soviética, Mikhail Kuzman, no fim da reunião da comissão comercial soviético-norte-americana.

Até ao momento, a URSS autorizou 17 empresas norte-americanas a abrir sucursais em Moscovo, pelo que o Banco de exportação e importação dos Estados Unidos está a financiar a construção do centro de comércio internacional na capital soviética.

O novo acordo a longo prazo teria como objectivo facilitar os intercâmbios comerciais e a cooperação industrial, tecnológica e económica.

O principal obstáculo com que se enfrenta o desejo soviético de obter o tratamento de nação mais favorecida, desejo compartilhado sem reservas pela Casa Branca, é a condição imposta pelo senador Henry Jackson de que tal tratamento deve ser concedido somente quando a Rússia permitir que os judeus emigrem livremente.

O presidente Nixon pediu pessoalmente a Russel Long, que recebeu na Casa Branca, para que faça todos os possíveis para que se apoie quanto antes a nova lei comercial, fazendo caso omissivo da emenda trazida por Jackson, e concebendo por isso à União Soviética o estatuto de nação mais favorecida.

Mesmo assim, Nixon esteve também reunido com oito deputados soviéticos com os quais discutiu pormenores acerca da sua viagem a Moscovo, prevista para 21 de Junho.

O 25 DE ABRIL UM MÊS DEPOIS

Cada dia que passa nos confirma cada vez mais a natureza de classe do golpe de Estado militar de 25 de Abril. Face às importantíssimas vitórias alcançadas pelos povos das colónias e à crescente luta do povo português contra a exploração, o Estado fascista via-se cada vez mais impossibilitado de lhes responder eficazmente, impondo assim à burguesia uma mudança táctica que lhe permitisse prosseguir os seus objectivos fundamentais — a exploração dos trabalhadores de Portugal e das colónias e a contenção das suas lutas políticas. É assim que a classe dominante ensaia uma nova forma de Estado burguês, mantendo intacto na medida do possível o aparelho repressivo que no momento oportuno poderá voltar a entrar em acção.

Mas conseguirá a burguesia ultrapassar com êxito a crise que actualmente vive? Essa é sem dúvida a grande questão que está por decidir.

Na resolução dessa questão ocupa um lugar preponderante a guerra colonial que é o nó central das contradições que hoje afligem a burguesia portuguesa. E isso porque, se por um lado a base de acumulação existente nas colónias e o poder contratual que ao nível internacional elas lhe dão são indispensáveis ao capitalismo português, por outro lado a guerra absorve largas somas em dinheiro que são indispensáveis à concretização por parte do Estado dos planos de modernização do capitalismo e dificulta, devido à sua popularidade notória, a unificação da pequena e média burguesia em torno do poder hegemónico da grande burguesia monopolista.

Para ultrapassar o actual impasse pretendem portanto os representantes da burguesia (Cunhal incluído) avançar uma solução neocolonial que lhes permita irradiar os aspectos «negativos» (para ela, burguesia) da guerra colonial e organizar então o reforço e dinamização do papel do Estado no processo de acumulação, de molde a minorar a crise económica, dimi-

nuindo o impacto das lutas populares e intensificando simultaneamente a exploração sob todas as suas formas.

A questão colonial é, portanto, o ponto mais fraco do capitalismo português, estando na primeira linha das preocupações dos seus representantes: «Acima de todos [os problemas] — diz o primeiro ministro Palma Carlos — deverá colocar-se o da guerra no Ultramar».

UM POVO EM ARMAS É INVENCIVEL

«Garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental». Este objectivo da Junta de Salvação Nacional, segundo declaração lida pelo seu presidente no próprio dia 26 de Abril, é o mesmo objectivo em nome do qual Salazar dizia em 1961: «Para Angola, depressa e em força». Depressa e em força, gritava então Salazar, pois as nossas colónias estão em perigo; depressa e em força pois estão em perigo os nossos mercados, as nossas fontes de matérias-primas baratas, a secular exploração de milhões e milhões de Africanos; depressa e em força pois os povos das nossas colónias levantam-se de novo em armas para expulsar o colonialismo que oprime a sua terra há séculos. E depressa e em força foi a burguesia Portuguesa, para aquilo que então julgava ser uma questão de meses.

Mas nenhuma força pode vencer um povo em armas e nenhuma pressa pode ditar os ventos da história. A luta dos povos das colónias cresceu incontivelmente, destroçou todas as ofensivas do exército colonial-fascista, e passados 13 anos sobre o seu começo, convenceu a burguesia portuguesa de que um povo em armas é invencível!

Reconhecendo-se incapaz de derrotar militarmente os movimentos de libertação, à burguesia portuguesa só restava uma saída: procurar manter a exploração dos povos das colónias de uma forma indirecta, diminuir ainda mais a sua quota-

-parte do bolo colonial em favor do imperialismo internacional e procurar pôr fim à guerra contra a qual se levantava impetuosamente o Povo Português. Para conseguir uma relativa paz interna para tal imprescindível, só tinha uma solução: formar uma ampla união burguesa, transformando o conluio fascista-revisionista num governo de «união nacional» que incluísse todos os sectores da burguesia, tornar-se ainda mais dependente do imperialismo internacional e conceder-lhe maior poder nas colónias em troca da ajuda diplomática e militar que este lhe possa prestar, procurar impedir o crescer das lutas populares através da manobra demagógica de fazer crer às massas que elas partilham do poder e das meritórias acções de repressão e policiamento do seu aliado revisionista. Tudo isto a burguesia portuguesa procurou concretizar com o golpe do 25 de Abril e com a constituição do governo provisório.

A SOLUÇÃO NEOCOLONIAL

Todos os sectores da ampla união burguesa participando no governo provisório são favoráveis a uma solução neocolonial onde esta seja possível, embora existam divergências entre eles quanto às suas tonalidades.

E, para que não fiquem dúvidas a este respeito vejamos o que nos diz o Programa do Governo Provisório: «Instituição de um esquema destinado à consciencialização de todas as populações residentes nos respectivos territórios, para que mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da autodeterminação...». E mais adiante: «Manutenção das operações defensivas no Ultramar destinadas a salvaguardar a vida e os haveres dos residentes de qualquer cor ou credo, enquanto tal se mostrar necessário». Isto é, por um lado não se reconhecem os movimentos de libertação como os autênticos e legítimos representantes dos povos de

Angola, Moçambique e Guiné-Cabo Verde, os quais já há mais de 13 anos «decidiram do seu futuro», e por outro lado mantem-se nesses territórios por prazo indefinido a tropa de ocupação colonial a pretexto de «salvaguardar a vida e os haveres dos residentes», como se os exércitos populares dos movimentos de libertação não fossem mil vezes mais competentes para o fazer!

E é nesse Governo que está representado um partido que se diz comunista! Não admira assim que esse mesmo P.«C».P. afirme no «Avante» que a guerra é «um problema extremamente complexo». Tão complexo que, além de pedir negociações, coisa que toda a burguesia faz, não se atreve a avançar nenhuma solução concreta, mas tão somente a adiá-la para a realização de um «debate franco e aberto a nível nacional». Mas cuidado, adverte o partido traidor de Barreirinhas Cunhal, cuidado burguesia portuguesa, pois «a situação degrada-se rapidamente em África»; cuidado, pois cada dia que passa os movimentos de libertação dos povos das colónias obtêm novas vi-

tórias e, logo, é preciso negociar já, «sem perdas de tempo que podem ser catastróficas» para a imposição da solução neo-colonial.

Apesar destes avisos, feitos com a tradicional boa-vontade dos traidores, amplos sectores da grande e da média burguesia ainda continuam a acreditar ser possível impôr a solução neo-colonial, proposta há já alguns meses pelo general Spínola com a sua «federação luso-africana», mesmo que as negociações não venham já. Este último afirmou nomeadamente a 8/5 que, «se formos autênticos e se o desenvolvimento visar o bem comum de toda a população, a autodeterminação de Angola será infalivelmente a favor de Portugal», o que nos mostra claramente qual o seu conceito de autodeterminação.

A POSIÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

É com o objectivo de impôr uma solução neo-colonial que o governo de ampla união burguesa pretende ir negociar

com os movimentos de libertação, contando ao mesmo tempo com os seus parceiros do P.S.P. e do P.«C».P. no sentido de mexerem as suas boas influências junto dos imperialistas e dos social-imperialistas para que estes, por sua vez, pressionem esses movimentos de libertação no sentido de aceitarem o que lhes fôr «oferecido». Sem estes apoios externos nunca o actual Governo conseguiria levar a cabo negociações como não o conseguira o anterior governo fascista, devido ao seu isolamento internacional.

Quanto aos movimentos de libertação a sua posição é clara e inalterável. O P.A.I.G.C., que já tinha recusado a «federação» proposta pelo General Spínola mesmo antes do 25 de Abril, denunciando-a como uma manobra neo-colonialista, afirma no dia 11/5 na Rádio Liberdade que «não aceitará nenhuma proposta ou promessa que não reconheça a sua vitória e a independência da sua república soberana», e no dia 15 Aristides Pereira lança um apelo para a continuação da luta até à «independência total», afirmando que «se o inimigo colonialista está agonizante,



Nos dias 24 e 25 de Maio último milhares de manifestantes exigiram a libertação do capitão Peralta que os imperialistas americanos pretendem que seja trocado por um agente da CIA. As forças da repressão intervieram para dispersar os populares à "velha maneira", com GNR a cavalo, PSP armada de bastões e carro da água. Na imagem vemos um manifestante arrancando ousadamente a mangueira do carro da água.

não devemos esquecer que continua a respirar e alimenta ainda a esperança de salvar a vida pela traição e pelo crime dos renegados e oportunistas».

Também a Frelimo no dia 11/5 recusou a manobra demagógica de Costa Gomes ao «oferecer um cessar-fogo a não ser que este incluía o reconhecimento do direito de Moçambique à auto-determinação sob chefia da Frelimo».

E já no dia 4/5 o M.P.L.A. tinha reafirmado os seus quatro pontos para «a liquidação do sistema colonial português em Angola»:

«1— O respeito pela independência completa de Angola é o único princípio pelo qual se pode estabelecer as bases de cooperação com os outros países.

2— Uma federação tal como foi defendida pelo General Spínola, isto é, uma federação na qual Portugal teria a última palavra, não é aceitável para o povo Angolano.

3— A luta multiforme do povo Angolano continuará, sob a direcção do M.P.L.A., até à libertação completa de Angola.

4— Contudo o M.P.L.A. declara-se pronto a negociar com Portugal o problema da independência completa do nosso país».

SÓ A SEPARAÇÃO E A COMPLETA INDEPENDÊNCIA PODEM TRAZER A PAZ

Um povo em nome do qual se oprime outro povo nunca poderá ser livre! O povo português é o primeiro a conhecer toda a verdade desta frase. Foi dele que saíram e continuam a sair os soldados e os milhares necessários à manutenção dessa guerra de opressão dos povos das colónias. Foi ele também que, muito especialmente nos últimos anos, se levantou impetuosamente contra essa guerra injusta, dando os primeiros passos na transformação da guerra colonial-imperialista numa guerra popular que lhe permita derubar o poder da burguesia e instaurar o seu poder, a democracia popular, a democracia par todo o povo e a ditadura para os exploradores, para os instigadores da guerra colonial-imperialista. Hoje a burguesia portuguesa procura convencê-lo de que ela conseguirá instaurar a verdadeira paz, de que está disposta a ceder uma solução que seja aceitável face aos povos das colónias.

Nada mais falso do que essa demagogia enganadora. A luta dos povos irmãos das colónias e a luta do povo português são as duas frentes nas quais a burguesia portuguesa aliada aos imperialistas (com o imperialismo norte-americano à cabeça) é actualmente atacada. Os inimigos des-

ses povos são portanto comuns, o que nos mostra a solidariedade objectiva da sua luta. Cada avanço, cada vitória de um deles, é um poderoso contributo para a vitória dos outros. Tal independência assentaria um golpe de morte na burguesia portuguesa, razão pela qual ela nunca a concederá.

O povo português sabe que só a sua firmeza em torno de posições justas poderá conduzir à verdadeira paz, e, dando mais um passo em frente, procura impôr na prática que não se realize nem mais um embarque e exige o regresso dos soldados e marinheiros.

Só a separação e completa independência para os povos das colónias trará a paz ao povo português, e só a sua luta aliada à luta dos povos irmãos das colónias o conseguirão. A burguesia nunca dará aquilo que não lhe fôr arrancado à força, nunca desistirá do seu papel de classe opressora e exploradora, nunca se retirará por si só do palco da história.

O ASCENSO DAS LUTAS OPERARIAS

Na frente interna, o 25 de Abril tem por objectivo travar o ímpeto das lutas populares e retardar a fundação do partido da classe operária. Amedrontada, a burguesia viu nos últimos meses crescer dia a dia a luta pelo pão, preparando a guerra para expropriação dos meios de produção nas mãos do grande capital e do imperialismo. O surto de greves que atingiu no final do ano passado a indústria electrónica foi o prelúdio de um amplo movimento reivindicativo que atingiu um ponto alto na longa e dura luta dos operários de Vieira de Leiria. Sempre traiçoeiramente combatido pelos revisionistas, esse movimento adquiriu características de combate duríssimo e pleno de determinação contra a exploração capitalista e a repressão fascista, conduzindo à elaboração de um caderno reivindicativo geral das amplas massas proletárias: 6.000 escudos de salário mínimo, 40 horas de trabalho semanal, salário igual para as mulheres, não às horas extraordinárias, não aos despedimentos. Durante essas lutas defrontaram-se claramente e em todos os momentos as duas linhas que combatem pela direcção do movimento operário: a linha proletária marxista-leninista-maoísta e a linha burguesa-revisionista. Isso contribuiu, como não podia deixar de ser, para desmascarar esta última e fortalecer a primeira.

Por isso a burguesia se sentiu atacada e se viu impotente para deter as massas, e isso apesar da Pide, dos seus legionários e cães policiais, apesar da boa vontade e espírito conciliatório dos revisionistas que sempre procuraram dividir as massas, lançá-las umas contra as outras,

isolar a sua vanguarda e deter as suas lutas. A sua recompensa vinha sob a forma de lugares nos sindicatos, de chefia nas empresas, nas escolas, nos jornais, na rádio, sob a forma de toda uma divisão do poder de Estado, na qual os revisionistas detinham a parte menor.

Nestas lutas as amplas massas populares, sob a condução do proletariado e do embrião do seu partido, iam forjando e alargando a sua organização, temperando-se para a luta e consciencializando-se dos seus interesses autónomos e dos seus objectivos, iam fugindo ao controle de todas as ideologias e organizações burguesas, revisionistas ou não, e formando um caudal cada vez maior e mais impetuoso que a burguesia se sentia incapaz de deter, o que temia acima de tudo.

TRAVAR A REVOLUÇÃO

É então que surge o golpe de Estado da burguesia, realizado com o óbvio intuito de deter este caudal impetuoso das massas populares lideradas pelo proletariado.

O conluio fascista-revisionista transforma-se numa clara e descarada partilha do poder com a constituição de um governo de ampla união burguesa. Para que os revisionistas possam travar as lutas populares, a burguesia monopolista e os imperialistas dão-lhe tudo o que para tal efeito possa servir: cargos importantes nas empresas e organismos públicos, sindicatos, cooperativas, associações, lugares no Governo Provisório, meios técnicos para realizarem os seus comícios, postos-chaves na imprensa, rádio e TV, etc.

O objectivo é pôr o movimento operário a reboque da burguesia (temporariamente) liberal. E, para o conseguir, o primeiro passo foi a tentativa de boicote ao 1.º de Maio Vermelho. Do falhanço de tal manobra damos conta noutra lugar deste número.

Mas a pouca-vergonha continua. Uma vez «oferecidas» as liberdades ao povo, é preciso convencê-lo a não as usar. Elas são muito bonitas, mas... só desde que não sirvam os interesses económicos e políticos das amplas massas populares. O P.«C».P. lança então, no auge da sua paranóia reaccionária, uma vasta campanha de denúncia e provocação histórica contra os trabalhadores em luta. Mas estes, como não podia deixar de ser, fizeram pouco caso de tais cantos de sereia e lançaram um ataque fulminante contra todos os exploradores.

O grande movimento reivindicativo do proletariado na sua luta pelo pão que já vinha de trás, ganhou novo ímpeto depois do 25 de Abril, alastrando a novos

sectores como a construção, os transportes, as extractivas, os lanifícios, os químicos, os alimentares, etc. Perante este surto de greves, como reagiu o partido revisionista? Caluniando-os, denegrindo-os, dividindo os trabalhadores em luta, apoiando todos os amarelos e fura-greves. Já a burguesia republicana justificava a repressão sobre as greves operárias dizendo que elas eram fomentadas pelos monárquicos; também a burguesia liberal e os seus aliados revisionistas querem fazer crer que as actuais greves se devem à Pide e a agentes da reacção. Procuram com isto isolar a vanguarda proletária, os seus elementos mais activos, aqueles que não pactuam com a burguesia e que sabem que o proletariado tem o seu programa e o seu movimento autónomo de qualquer tutela burguesa. Procuram com o seu palavreado torpe enfiar os trabalhadores em sindicatos que esperam controlar. Dizem então que os trabalhadores devem primeiro organizar-se em sindicatos e só depois reivindicar — forma descarada de afirmar que a legalização dos sindicatos tem por único objectivo instituir morosos e complexos processos de negociação entre trabalhadores e patrões que mais não pretendem do que quebrar o ímpeto e a determinação dos primeiros.

Afirmam os revisionistas que a greve «no actual momento não se justifica, quer como uma arma política, quer como arma económica», alertando simultaneamente contra os «aventureiros es-

querdistas, radicalistas pequeno-burgueses, oportunistas e provocadores de extrema direita». E o que é tudo isto senão apontar à burguesia o seu inimigo principal, a vanguarda da classe operária e do povo, aqueles sobre quem deve descarregar todo o arsenal da repressão? Que é isto senão procurar impedir o fortalecimento da organização política e da união da classe operária?

Mas, impotentes para travarem o crescer da luta, explicam-na depois como a explosão de uma «carga emocional» e desculpam-se junto dos seus patrões, prometendo que «esta situação será rapidamente ultrapassada (!) e as coisas voltarão ao seu lugar (!!!!) pois temos confiança (?) nas massas trabalhadoras, e no povo português».

«Nesse sentido, a Intersindical, através dos seus sindicatos, tudo fará para intervir activamente no processo, dirigindo os trabalhadores no melhor sentido (!?)».

REVOLUÇÃO OU CONTRA-REVOLUÇÃO?

E, renovando os seus apelos à calma, soltam então o espantallo da Contra-Revolução e do ressurgimento dos reaccionários (procurando fazer esquecer que os reaccionários são eles e os seus comparsas do Governo Provisório). Mas como se impede efectivamente o ascenso da Contra-Revolução? Será caluniando, desorganizando, abafando as justas iniciativas das massas? Ou será, pelo contrário, mobilizando desde já as amplas massas sob a direcção do proletariado, for-

talecendo a fundamental aliança operários-camponeses com vista ao combate final?

É evidente que não é fomentando a hesitação e a confusão entre as massas, mas sim consciencializando-as na luta, que se avançará a passos largos para a Democracia Popular e se cortará o caminho à Contra-Revolução.

Revolução e Contra-Revolução são duas coisas inseparáveis e o crescimento de uma determina o crescimento da outra, num processo dialéctico que só termina com a vitória da Revolução. É isto que os revisionistas fingem ignorar, procurando desesperadamente uma terceira via, o que é no fundo a forma mais segura de iludir as massas sobre a natureza do poder burguês e da democracia burguesa e de abrir assim caminho à Contra-Revolução.

Mas passando por cima de todas as promessas de traidores, o movimento popular tem-se desenvolvido, a sua organização tem-se reforçado, como ficou bem patente no 1.º de Maio Vermelho, que só em Lisboa, agrupou cerca de 40.000 pessoas, e continuará a crescer e desenvolver-se, podendo ser atrasada momentaneamente pelos processos de consolidação do poder burguês como foi o caso do 25 de Abril, mas nunca podendo ser detido, crescendo impetuosamente na certeza de que o Povo vencerá!

Por tudo isso se pode dizer com justiça que a situação actual é excelente do ponto de vista do proletariado e dos seus aliados.

SALDANHA SANCHES

Como é do conhecimento geral foi preso José Luís Saldanha Sanches, director interino do jornal «Luta Popular», órgão central do M.R.P.P. Tal detenção, ordenada pela Junta a pretexto da publicação no referido jornal de «incitamentos à deserção com armas», mais não faz do que confirmar o que no TM tem vindo a ser afirmado sobre o carácter burguês da «democracia» instaurada pelo «25 de Abril». **Liberdade para a burguesia, ditadura para o Povo**, tal é o lema da Junta e do Governo Provisório. E, uma vez desmantelada a primeira barricada da reacção constituída pelo revisionismo que tudo fez para travar o ímpeto da luta popular contra a exploração e a guerra colonial, aí temos de novo a repressão descarada e aberta a abater-se sobre o movimento popular, com cujas aspirações mais

profundas Saldanha Sanches, tão bem se tem sabido identificar, agora como antes do «25 de Abril».

Através de Saldanha Sanches é o Povo que é visado e, antes de mais, a sua vanguarda organizada: o Partido da classe operária em formação. E o Povo sabe-o bem, tendo logo de imediato desencadeado a luta pela sua libertação.

Assim, logo na sexta-feira (dia 7) foi realizada uma manifestação de protesto junto ao quartel de Lanceiros 2 convocada pelo M.R.P.P. Na mesma tarde foi aprovada no final da manifestação anti-colonial de apoio à FRELIMO uma moção exigindo a libertação de Saldanha Sanches.

No sábado imediato realizou-se a partir das 18 horas uma manifestação do

M.R.P.P. que se iniciou com um comício no Rossio, seguindo depois rumo à Assembleia Nacional. Essa manifestação congregou milhares de pessoas, tendo sido aprovada uma moção sobre a prisão de Saldanha Sanches que só não reproduzimos aqui por absoluta falta de espaço. Às 21 horas do mesmo dia outro comício foi realizado em Alverca por simpatizantes do M.R.P.P.

O TM solidariza-se inteiramente com a luta pela libertação de José Luís Saldanha Sanches, o qual é também nosso camarada de Redacção,

EXIJAMOS A LIBERTAÇÃO DE SALDANHA SANCHES!

O 1.º DE MAIO FOI VERMELHO!

REVOLUÇÃO OU CONTRA-REVOLUÇÃO

Organizar o proletariado ou consolidar o poder da burguesia, fazer a revolução ou promover a contra-revolução, mobilizar e organizar o povo ou entregar à burguesia liberal a direcção do movimento de massas, preparar a revolução democrática e popular armada ou organizar a guerra civil contra-revolucionária armada, é a linha que demarca os marxistas-leninistas-maoistas, à cabeça do povo, dos revisionistas e de todos os oportunistas, ao lado da burguesia; foi a linha que separou o 1.º de Maio Vermelho do 1.º de Maio da traição, do capitulacionismo e liquidacionismo revisionistas.

A OFENSIVA POPULAR E A CRISE DA BURGUESIA

Até 1971, em consequência do período de relativa fraqueza do movimento popular começado em 1962, período de fraqueza das forças proletárias e dos seus aliados, período de desproporção entre o nível das condições objectivos, crescentemente amadurecidas para o seu aproveitamento revolucionário, e as possibilidades do proletariado em o fazer, sob o ponto de vista da capacidade organizativa e de mobilização das classes exploradas, a classe dominante pôde manter as ilusões sobre a sua situação, a burguesia monopolista e o imperialismo, identificando-se de forma crescente numa só entidade como camada hegemónica da burguesia portuguesa puderam acreditar que era possível opor um dique à revolução, que era possível jogar «pacificamente» a cartada do neocolonialismo e arranjar para o capitalismo português um pequeno lugar no processo de integração imperialista, que era possível resolver sem uma aberta crise política o processo de clivagem no seio do poder, e que à agudização da luta de classes decorrente do agravamento das condições de exploração da classe operária a que o processo de concentração e modernização económica do capitalismo português e a necessidade de continuar a guerra colonial-imperialista conduziam pela sua própria natureza, se podia responder articulando a omnipresença da repressão com a tentativa de enquadramento do proletariado nos sindicatos fascistas-revisionistas, reforçando o aparelho repressivo do fascismo e simultaneamente incentivando a participação subalterna dos laiaos do P. «C.» P. no aparelho de estado da burguesia.

Mas o fluxo do movimento revolucionário, a crescente capacidade organizativa e de mobilização das classes exploradas reveladas pelo proletariado, a direcção que a partir de 1971 este começa a imprimir à generalidade das lutas que se travam de norte a sul do país, o isolamento da ideologia e da prática reformista-pequeno-burguesa das organizações revisionistas, a decomposição ideológica, política e organizativa do bastião

burguês dentro do movimento operário — o P. «C». P. —, os sucessos políticos e militares da luta de libertação nacional nas colónias, a frente comum internacionalista da luta dos povos das colónias e do povo português contra o domínio imperialista e a opressão colonial-fascista, essa imparável torrente revolucionária deita por terra as ilusões da burguesia portuguesa sobre a possibilidade de a deter, asfixia a classe dominante, agudiza as contradições no seu interior, precipita a crise da ideologia dominante, abre as portas a uma crise do poder político: a burguesia já não pode governar!

GUERRA DO POVO A GUERRA COLONIAL - IMPERIALISTA!

Preservar a unidade da burguesia portuguesa à volta da sua mais importante tarefa no quadro da estratégia imperialista — assegurar o controle político do imperialismo sobre o processo da «independência» das colónias — o que exige a manutenção do exército colonial e a intensificação da guerra colonial-imperialista, torna-se o objectivo imediato da burguesia portuguesa e do imperialismo face à ofensiva revolucionária do povo português e dos povos das colónias, face à consequente agudização das contradições entre as camadas da classe dominante cujos interesses se ligam de diferentes modos à exploração colonial — a burguesia monopolista identificada com os interesses do imperialismo em África, os sectores industriais não monopolistas dependentes das matérias-primas ou dos mercados coloniais, o capital agrário e comercial ligado na sua formação e desenvolvimento às formas de exploração típicas do ultra-colonialismo —, e face à crise da ideologia dominante que atinge o próprio exército colonial.

Objectivo que implica a consolidação da hegemonia da burguesia monopolista, o organizar todas as camadas da burguesia à volta dessa direcção hegemónica, o promover a contra-revolução, tentando desviar o movimento popular revolucionário do seu objectivo final, entregando à burguesia liberal e à pequena-burguesia radical o enquadramento do movimento de massas, dando um papel de primeiro plano ao P. «C.» P., entregando-lhe a tarefa da reorganização sindical na tentativa de alargar a sua influência ideológica, política e organizativa sobre a classe operária.

Objectivo que implica ainda o consolidar da ideologia dominante, demarcando-a da já imprestável ideologia ultra-colonialista, explicitando-a à volta de palavras de ordem que mascarem a nova forma da ditadura da burguesia e as novas formas da exploração colonial, e ganhando um renovado papel para os aparelhos políticos da pequena burguesia que da apagada marginalidade em que vegetavam passam a suportes principais da ideologia da burguesia e do imperialismo.

O POVO VENCERÁ!

O 1.º de Maio, a festa vermelha do proletariado do mundo inteiro, a festa da luta solidária e internacionalista dos proletários de todo o mundo, que os socialistas reunidos no Congresso de Paris em 1889 erigiram em bandeira universal do seu combate, o povo português tê-lo-ia festejado com ou sem o 25 de Abril, como o festejou em Maio de 1973, afirmando a sua coesão, a sua unidade na luta, o despertar da sua consciência sobre a necessidade de forjar um mundo novo, abolido a exploração do homem pelo homem, edificando sobre os escombros do capitalismo a sociedade livre e fraterna do socialismo!

Sem o 25 de Abril o proletariado revolucionário teria festejado o 1.º de Maio enfrentando a brutalidade da repressão fascista com a mesma disposição indomável com que fez do 1.º de Maio de 1973 uma memorável jornada vermelha. Com o 25 de Abril o proletariado e o povo português festejaram o 1.º de Maio Vermelho enfrentando o 1.º de Maio da contra-revolução, da unidade burguesa, o 1.º de Maio amarelo que a traição revisionista transformou numa arma de agressão ideológica e política da burguesia, arma que a nova conjuntura permitiu utilizar.

As duas palavras de ordem centrais do 1.º de Maio da unidade burguesa — «o povo unido jamais será vencido», «fim à guerra colonial» — são a clara expressão da tentativa de mascarar a luta de classes, de amordaçar os conflitos de classe e a luta revolucionária do povo português e dos povos irmãos das colónias.

«A libertação da classe oprimida é impossível, não só sem uma revolução violenta, mas também sem a supressão do aparelho do poder do Estado, que foi criado pela classe dominante.» (1).

«A revolução burguesa limita-se a substituir no poder um grupo de exploradores por outro grupo de exploradores; por conseguinte, não tem necessidade de suprimir a velha máquina do Estado; enquanto a revolução proletária afasta do poder todo e qualquer grupo de exploradores e coloca no poder o chefe de todos os explorados, a classe dos proletários; por isso não pode deixar de suprimir a velha máquina do Estado e de substituí-la por uma nova.» (2).

Nenhuma revolução burguesa pode unir o povo à volta do seu chefe, o proletariado, porque «para ganhar para as suas fileiras a maioria da população o proletariado deve, em primeiro lugar, derrubar a burguesia e tomar nas suas mãos o poder de Estado» (3), e muito menos suprimir o poder da burguesia; «o povo unido jamais será vencido» é a mentira com que os contra-revolucionários e à sua frente os traidores revisionistas pretendem mascarar a ditadura da burguesia, travar a luta de classes, dividir as forças populares, isolá-las da direcção revolucionária, fazer avançar a contra-revolução.

Agitar o «fim à guerra colonial» e intensificá-la é a outra face da política de mentira da burguesia colonialista, que diante dos sucessos políticos e militares da luta de libertação nacional nas colónias tenta desesperada e extemporaneamente encontrar uma solução neo-colonial, ao mesmo tempo que tenta impedir o avanço da desagregação ideológica e política do exército e a agudização da luta de classes em Portugal.

«Fim à guerra colonial» é a declaração dos generais do exército colonial-fascista de que «a guerra não tem solução militar», é a plataforma de unidade política das classes e das camadas que procuram continuar a exploração colonial sob outras formas.

O proletariado e os marxista-leninistas-maoistas à sua cabeça apoiam «directa e resolutamente o movimento de libertação nacional dos povos oprimidos contra o imperialismo da metrópole» (4) e lutam pela separação e completa independência dos povos das colónias, o único caminho para alcançar a paz.

O 1.º DE MAIO FOI DIA DE LUTA NA RUA!

O 1.º de Maio Vermelho mostrou a amplitude e a impetuosidade do movimento popular revolucionário, a unidade e a disciplina das fileiras populares dirigidas pelo proletariado, e foi o coroar do mais importante movimento reivindicativo e popular contra a exploração capitalista desde os anos 40, movimento cuja importância se deveu não só à sua excepcional dimensão em termos quantitativos envolvendo na batalha da luta pelo pão, desde Outubro, mais de 60.000 pessoas, mas principalmente ao significado político revolucionário que cada

(4) ESTALINE, «Bases do Leninismo».



sementes

k. marx
f. engels

**MANIFESTO
DO
PARTIDO
COMUNISTA**

(1) LENINE, «O Estado e a Revolução».

(2) ESTALINE, «Questões do Leninismo».

(3) LENINE, «O Estado e a Revolução».

combate em si e o conjunto do movimento assumiram na precipitação da crise política da burguesia: o 1.º de Maio Vermelho explicitou a unidade política dessas lutas, fez avançar e fortalecer a consciência de classe dos proletários, ganhou para uma consciência anticolonial e anti-imperialista novas camadas do povo português — o 1.º de Maio Vermelho não foi ainda a guerra, mas foi a preparação para a guerra!

«Na história da humanidade, toda a força reaccionária no limiar da morte lança-se, invariavelmente, numa última e desesperada luta contra as forças revolucionárias; muitas vezes certos revolucionários deixam-se temporariamente enganar por esse

fenómeno de força aparente, dissimulador duma fraqueza interior, não vendo o facto essencial, que consiste em o inimigo estar próximo do fim, enquanto eles estão cerca da vitória.» (5).

A bandeira vermelha erguida no 1.º de Maio contra todos os traidores e contra-revolucionários, a unidade e a firmeza do povo que como um só homem levou à rua a luta dura e prolongada que nas fábricas, nos campos e nos quartéis não cessa de crescer, a bandeira vermelha já nenhum reaccionário a poderá arrear porque é a bandeira do povo e o Povo vencerá!

(5) MAO TSÉ-TUNG, «A Viragem da Segunda Guerra Mundial».

SUPLEMENTO TM

O 1.º DE MAIO VERMELHO

Após a jornada do 1.º de Maio Vermelho, o TM como órgão da imprensa livre e popular publicou um suplemento ao n.º 103 inteiramente dedicado à grande festa do proletariado. Esse facto insere-se na linha política que o TM procura defender intransigentemente nas suas páginas — a **defesa das posições do Povo**.

Cada manifestação política traz sempre o selo de uma classe, e também assim foi no 1.º de Maio. Informar, divulgar, exaltar e rejubilar com as vitórias do proletariado é próprio dos amigos do Povo; silenciar e denegrir a sua acção é, pelo contrário, próprios dos inimigos e falsos amigos do Povo.

O silêncio da imprensa é bem significativo quanto a esta questão, mesmo na era em que se decretou a «Liberdade». Como se a liberdade sáísse de um decreto, como se a burguesia deixasse de ser a classe proprietária dos meios de comunicação social, exercendo sobre eles o seu controle, como enfim se alguma vez a burguesia aceitasse livremente que a expressão

da política proletária aparecesse nos seus órgãos de propaganda reaccionária. Fascista, liberal ou revisionista, a finalidade da burguesia é manter a sua situação de classe dominante na sociedade.

Sobre o suplemento recebemos algumas críticas justas. O facto de não termos destacado a importância das palavras de ordem de Liberdade e de Democracia para o Povo só pode significar o reconhecimento tácito de que elas já foram alcançadas, quando é precisamente nesta fase histórica em que a burguesia e os seus agentes infiltrados no seio do proletariado pretendem iludir o Povo sobre estas questões que, com maior vigor ainda, é preciso inscrever na bandeira do proletariado a Liberdade e a Democracia.

O número reduzido de notícias sobre a grande Festa Vermelha do 1.º de Maio noutros pontos do país foi outra crítica justa que aponta para a necessidade de uma maior ligação do TM com os seus leitores e amigos da província e de uma maior intensificação da colaboração activa com os mesmos.

POR UMA IMPRENSA LIVRE E POPULAR!

(Cont. da pág. 20)

Porto», «Diário Popular», «Rádio e Televisão», «Record», «A Semana» e em vias de adquirir o «Diário dos Açores») ou qualquer outro grupo financeiro dos que, ainda durante a agonia do marcelismo, tomaram posição em todos os jornais que puderam, a Liberdade de Imprensa não será mais do que mais uma forma que permitirá à burguesia a tentativa de burlar o Povo com palavras, enquanto a alta finança vê aumentadas as tiragens dos seus periódicos à custa de um passageiro engano.

A defesa dos interesses dos proprietários dos jornais burgueses, tal como o controle das emissoras oficiais, foi entregue aos revisionistas, para que estes tentem desviar as massas populares das suas justas lutas, para que tentem sabotar o poderoso movimento grevista e o combate dos soldados e marinheiros contra os embarques para as colónias, não só através da calúnia mas também pelo escamoteamento sistemático das lutas nas páginas dos jornais.

Contra as manobras da burguesia, levadas a cabo pelos seus lacaios revisionistas e sociais-democratas, está a classe operária, estão as massas populares, estão os trabalhadores da Informação que lutam pela causa do Povo português, neste momento pelos objectivos da Revolução Democrática e Popular, pelo Pão, Paz, Terra, Liberdade, Democracia e Independência Nacional. Não é de estranhar que os despedimentos visem em primeiro lugar a esquerda. Mas errados estarão os revisionistas se pensam que, às sujas provocações e aos golpes baixos, não será dada uma resposta adequada. Porque sabemos que eles estão tomados de pânico perante o ascenso das lutas populares.

Porque sabemos que o Povo vencerá!

Por uma Imprensa livre e popular!

TRABALHADORES DA INFORMAÇÃO

PORTAL ECARLOS A. SIMPSON'S LIVRE

[The text on this page is extremely faint and illegible. It appears to be a list of entries or a detailed index, possibly containing names, dates, and descriptions of items or events. The text is arranged in several columns and is too light to transcribe accurately.]

FORTALEÇAMOS A IMPRENSA LIVRE

Depois de um intervalo de perto de 50 anos, de novo chegou a Portugal o sagrado reino burguês da igualdade, liberdade, fraternidade, e com ele chegou de novo também a utilização demagógica da ambiguidade destes termos, a tentativa de fazer passar como igualdade para todos aquilo que é vantagem real para alguns.

Depois do 25 de Abril tudo se torna miraculosamente «livre», até a arqui-fascista «Época» se transforma em «Época Livre»; todos os jornais burgueses saudam unanimemente a «liberdade de imprensa», da «Época» e «Diário de Notícias» ao «Avante», e com uma linguagem significativamente idêntica, todos embandeiraram em arco e se curvam respeitosamente perante a mítica «liberdade».

Mas no actual reino da mítica liberdade, que aconteceria se, por exemplo, um grupo de operários se lembrasse de editar um jornal que defendesse os seus interesses históricos de classe? Então a liberdade em abstracto começar-se-ia a transformar em dificuldades reais: seria preciso conseguir tempo para se reunir o que não é fácil para quem tem de trabalhar oito ou mais horas por dia para poder sobreviver; seria preciso conseguir um local onde se reunir e instalar a sede do jornal e sem alguns milhares de contos como conseguir a sede necessária a um grande jornal, a um dos inúmeros grandes jornais da burguesia? Seria preciso adiantar o capital necessário quanto mais não fosse para os primeiros números, pois as tipografias e as distribuidoras não estão nas mãos dos operários, nem se regem pela solidariedade operária, e se há algo que os operários não têm é capital. Seria preciso conseguir o papel necessário para a impressão do jornal e os melhores «stocks» de papel estão reservados para os grandes jornais burgueses e para as suas «grandes tiragens».

E se este grupo de operários perante estas reais dificuldades dissesse: nós representamos os interesses históricos da classe mais numerosa da sociedade, esses interesses só podem ser defendidos através de um jornal operário e nunca através de um jornal burguês; mas nós, a classe mais numerosa da sociedade, não possuímos a capacidade económica de exercer a «liberdade de imprensa» e a única forma de a possuímos é expropriarmos à burguesia um dos seus inúmeros grandes jornais, as suas instalações, as suas rotativas, os seus stocks de papel, etc. se este grupo de operários dissesse e agisse assim, que aconteceria?

De todos os lados se elevariam mil brados, de todos os lados acorreriam os exércitos da burguesia, as «forças da ordem», os «defensores da liberdade» para devolver o seu a seu dono...

E isto porque a primeira de todas as «liberdades» burguesas é a liberdade da propriedade, a posse individual capitalista dos meios de produção, posse que por sua vez garante o exercício efectivo e real das restantes «liberdades» para quem os possui.

Toda a liberdade, toda a democracia são sempre liberdade e democracia para uma dada classe e ditadura e repressão para a outra. O regime fascista deposto representava a liberdade e a democracia para a clique fascista no poder e a repressão e a ditadura para a pequena burguesia e as amplas camadas populares. Só quando estas últimas estiverem no poder, só quando forem elas a deter a imprensa, a rádio e a televisão poderá existir para elas uma liberdade de informação e uma democracia, que será necessariamente paralela à repressão e à ditadura que se exercerá sobre os exploradores expropriados.

Louvar a «liberdade de imprensa» em abstracto mais não é por parte dos jornais burgueses de que uma tentativa de iludir as amplas massas populares, ao esquecer o pequeno pormenor de que quem possui a imprensa e os restantes meios de propaganda é a burguesia e não as amplas massas populares.

Os recentes acontecimentos do 1.º de Maio

A prova do que afirmámos podemos encontrá-la desde logo com respeito ao 1.º de Maio do corrente ano.

Para esta data festiva dos trabalhadores havia duas convocatórias de manifestações pra Lisboa: uma para o 1.º de Maio Vermelho, feita desde o final de Março por todos os meios possíveis nas duras condições do fascismo, e outra feita com poucos dias de antecedência, depois do 25 de Abril, por vários sindicatos e apoiada por vários partidos burgueses, entre os quais o P«C»P revisionista.

Pois, apesar da ausência de qualquer censura externa directa, apesar inclusive da pretendida conquista pelos trabalhadores dos jornais, que aconteceu? Uma das convocatórias, aquela justamente que era apoiada por vários partidos burgueses, recebeu uma ampla difusão na rádio, na imprensa e na televisão, tendo direito a honras de primeira página com mapa e tudo, enquanto que a outra, a do 1.º de Maio Vermelho, não houve um único jornal que a noticiasse, um único programa de televisão que lhe fizesse referência.

A que se deve este atentado à «objectividade» da informação? A que se deve esta estranha utilização da «liberdade» de imprensa? Será a ignorância, será o facto de se desconhecer uma das convocatórias? Não. Deve-se isso sim, ao facto de a burguesia ter uma clara consciência de que enquanto uma convocatória representava os seus interesses e portanto devia ser noticiada, a outra lhe escapava por completo e logo devia ser silenciada por completo, assim como deturpada.

Eis a «liberdade» de imprensa actuando na prática, eis a famosa «objectividade» burguesa: Liberdade e objectividade para alguns, uma classe, e ditadura e deturpação para a outra.